

Novembro 1995

Suplemento

Cultural

Diário Oficial . Estado de Pernambuco . Ano IX . Novembro de 1995

ZUMBI

Marcus Accioly

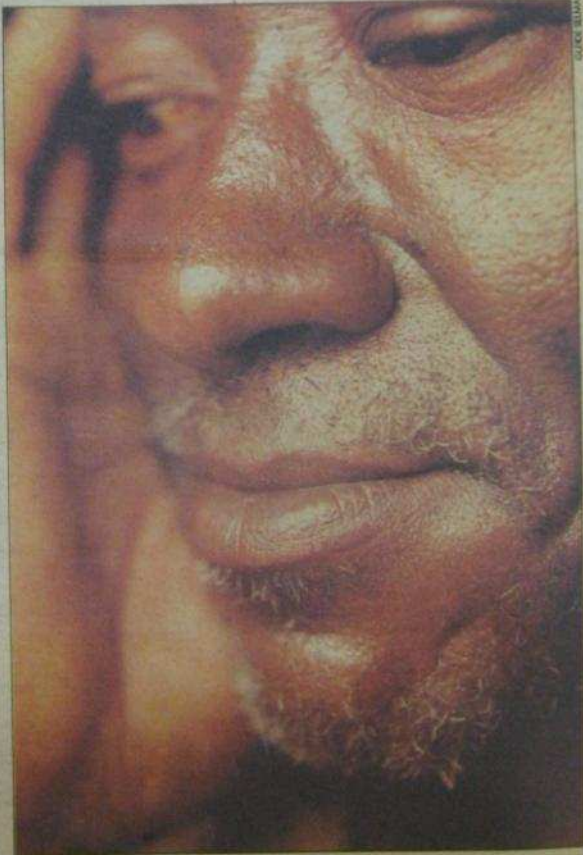
"uma cria de sexo masculino com escassos dias de existência" (no ano de mil seiscentos e cinquenta e cinco) foi achada entre os presos de um mocambo palmarino e chamada de Francisco por seu preceptor (o padre Antônio Melo) sua cor negra era a da onça-preta ou pantera (como conta a crônica)

fugiu aos quinze anos (coroinha tornou-se guerrilheiro) foi **Zumbi** ("deus-da-guerra") na crespa carapinha pós palmas dos Palmares e dali dividiu sua guerra entre a guerrilha contra Domingos Jorge Velho e a luta contra o tio Ganga-Zumba que batava o Quilombo ao rés da tumba

(tinha uma cobra armada em cada mão e um gavião pousado em cada olho) combatendo Manuel Lopes Galvão sofreu um ferimento (ficou coxo) por Antônio Soares (à traição) foi furado a punhal e (do seu corpo castrado na raiz) teve (na oca gurganta) o próprio pênis preso à boca

(América) porém ainda hoje (da queda de Macaco) se levanta aquele que nos dentes morde o mole pênis que a língua excita (na garganta) até que esporre sangue e em sangue goze a voz que (viva ou morta) à noite canta (na Serra da Barriga) "cedo ou tarde há uma saída para a liberdade"

(do livro médico *Latinoamérica*)



O negro "franco-rio", da comunidade de Livramento, em Itambé (PE), remanescente de quilombos

Histórias e imagens de quilombos

Há 340 anos nascia o líder da Angola Janga

Uma data, 20 de novembro de 1695, e um nome, Zumbi, vêm sendo referenciados e reverenciados, durante todo este 1995, quando perfaz-se o número redondo e bem acabado de três séculos, da morte do último e mais famoso líder do quilombo dos Palmares, de quem "a lenda se escorre a entrar na realidade", e por isto é símbolo-mito que sintetiza a resistência negra à escravidão e a luta pela liberdade, antes, e agora, igualdade.

Mas um grande fato-marco, sabem todos os vultados para a história, é a coleção de muitos fatos que não foram anotados ou sequer notados, uma grande data é o resultado de muito que não se datou e um nome-herói é o somatório de muitos anônimos. Na prática, os marcos referenciais deviam servir para quem quer ir além das aparências e estelas. Por isso tão útil quanto lembrar os 300 da morte precoce de Zumbi seria lembrar os 340 anos do seu nascimento.

Já foi repetido, ad nauseam, como se sabe pouco sobre esse ídolo negro, e como são ainda insuficientes as pesquisas sobre o papel dos oprimidos na história do Brasil. É que sempre foi natural o desinteresse da história oficial pela outra face da moeda, não a coroa dos vencedores, mas a cara desfigurada dos vencidos.

Sobre quilombos e seus personagens é este número. De quilombos de que ainda há muito por saber. E até da palavra. O historiador Stuart B. Schwartz tratou do assunto no livro *Segredos Internos*: "A etimologia do termo quilombo nunca recebeu a devida atenção. A palavra tornou-se comum apenas em fins do século XVII, durante a luta contra Palmares. Parece ter-se referido originalmente a uma adaptação militar imbangala de um campo ovim-

bundu de iniciação masculina; possuía importantes funções militares e mágicas na sociedade angolana." Aliás, era Angola Janga o nome que davam os negros lá refugiados ao Quilombo dos Palmares. Outra distinção importante é entre mocambos e quilombos. Aquele antecede a este termo, que o substitui a partir do século 18.

É sobre este tema com variações — a fuga e rebeliões de negros — que trata o pesquisador Leonardo Dantas Silva, em sua erudita colaboração. E também se refere ao local em que teria sido exposta a cabeça de Zumbi no Recife. Sobre o local outra é a opinião do historiador Plínio Victor, de quem também divulgamos artigo. Ainda no âmbito acadêmico, publicamos um trecho da tese de doutoramento, defendida há poucas semanas, pelo historiador Luiz Sávio de Almeida. Ele explica o que aconteceu ao movimento de resistência negra após a morte de Zumbi.

Além desses estudos habituais e com sentido de pesquisa erudita, sem perder o caráter didático, também oferecemos ao leitor a visão dos artistas sobre o mito de Zumbi, em poemas e num conto. E no encarte com fotos e notícia sobre o projeto de pesquisas em torno de remanescentes quilombolas no interior de Pernambuco.

Mário Hélio
Editor



Catumba e saio dos Coroneis homenageiam Zumbi



A resistência de Zumbi

Selma Vasconcelos *

Nosso destino de pedra
nossos braços de foice
irmãos de sangue da selva
filhos espessos da noite
de trilhos nos servidão
pelos oásis do mato

Nossas raízes guerreiras
fincadas aqui estão
que nos venham arrancar
do profundo deste chão
nas armas adestraremos
todos nossos irmãos
somos parceiros da morte
mas nunca da servidão

O mato de novo acolhe
dos seus filhos o mais nobre

* Poetisa e médica. Texto do livro inédito *Zumbi dos Palmares*

Um médico mostra os horrores da escravidão (página 3). A utopia dos Palmares ainda está por ser cumprida (4). Duas datas, duas realidades (5). Um líder negro fala sobre o 20 de novembro (6). Como os cativos se rebelaram contra os senhores (7, 8 e 9). As diversas expedições a Palmares (10 e 11). Outro negro, após Zumbi, tirou o sono dos poderosos (12 e 13). Uma alegoria inspirada em mitos afros (14). Os poetas negros do povo (15). A crônica de José Cláudio (Última página)



Governador do Estado
Miguel Arraes de Alencar

Secretário do Governo
Eduardo Henrique Assis Câmara



Companhia
Editora de
Pernambuco

Director Presidente
José Evaristo Costa

Gerente Administrativo-Financeiro
Paulo César Marques Teixeira

Director Industrial
André Hamann Filho Pereira

Cultural

Editor Responsável
Mário Hélio

Projeto Gráfico
Adrienne Natana Coutinho

Produção Gráfica
Anderson Clevisson Galvão

Composição e Impressão na
Companhia Editora de Pernambuco - CEPE

Rua Castro Lima, 530, Centro, Recife
CEPE 50740-000 - Fone: (081) 421-4233

Fax: (081) 333-5128

Neste Número

Alves Dias • Douglas Adriano Tachó • Gilson
Gleizes • Gláucia Barro • Leonardo Dantas Silva •
Luiz Sávio de Almeida • Marcelo Alcântara de
Sant'Ana • Plínio Victor Antão • Roberto Bergamini •
Ray 006 Santos Pereira • Severino Lapa Gomes •
Tatiana Guedes de Fozzaca

O terrível holocausto

Língua e covardia, resumiu Castro Alves a escravidão, em seu veemente poema "Tragédia no Mar", de 1868 (*Narrô Negro*). Em realidade, a sensação de horror talvez não expresse o sentimento de quem estude o negro escravo no Brasil.

Que a escravidão tenha existido entre gregos e romanos é um fato histórico, mas que tenha sido completamente diferente da praticada a partir de 1500 não existem dúvidas.

O estudo da escravidão deve ser encarado em seu duplo aspecto. O dos escravos e o dos senhores. Foi inevitavelmente um mal terrível para os escravos, mas teve também as repercussões negativas para os senhores, principalmente na moral social, como já alertava, no período colonial, Vilhena, em *Notícias Soteropolitanas e Brasília*. Além disto, Vilhena incluía "epidemias e multidão de moléstias que com aquela gente se transporta da África para o Brasil" (pág. 187). O flagelo da esquistossomíase e a malconha foi trazido pelos escravos.

Os escravos eram obtidos por troca com tabaco, aguardente e açúcar. Inclusive o anônimo autor da *Arte de Furtar* conta que portugueses se vestiam de padres para enganar os negros e os cativarem. Os miseráveis que se dedicavam a este comércio eram chamados de "pombeiros" ou "tango-mais" pelos negros.

Em três fases se desenrolava o monstruoso drama dos escravos: captura e condução à pé para os portos de embarques de homens, mulheres e crianças. Amarrados pelos pescoços e frequentemente chicoteados pelos guardas.

As condições nos navios negreiros eram as piores possíveis, quer sob a forma de alojamentos, quer sob o aspecto da alimentação, muito embora houvesse interesse não humanitário para que a carga humana chegasse, depois de uma viagem de três a quatro meses, em boas condições, ao seu destino. Mas uma vez o chicote era usado e abusado. Quando havia o risco, depois de 1807, de o



Os escravos eram amarrados pelo pescoço



navio ser abordado pelas patrulhas da Royal Navy, os escravos eram simplesmente jogados ao mar. Oficiais e marinheiros sádicos usavam de toda espécie de miséria, desde abusos sexuais até a morte pela fome.

Em 21 de junho de 1841, o *Diário de Pernambuco* publicava o protesto contra os "miseráveis africanos empilhados nas embarcações onde são tratados com inevitável barbaridade, impetados, escorbutados pelo ar podre e melítico dos porões e pela péssima alimentação com que mal sustentam a débil teia da vida, esqueletos ambulantes, múmias semivivas, são de transferidas para armazéns, lojas, etc. Morrem as dúzias e como se não bastassem esses focos de infecção e pestilência, uma grande parte dos cadáveres é lançada ao rio".

A terceira etapa do inferno dos escravos começava quando os mesmos eram comprados e passavam a servir e ser impiedosamente explorados pelos seus donos.

É de estarrecer o que acontecia então. Uma quase totalidade de viajantes atesta com horror a maneira como eram tratados. Neste ponto há uma observação que causa espanto. É que "a crueldade das mulheres é muitas vezes mais requintada e persistente que a dos homens", como escreveu Joaquim Nabuco.

José Alípio Goulart, em *Da Palmatória ao Patíbulo*, cita o caso de uma senhora que matou o filho de uma das suas escravas e apresentou ao marido, que suspeitava fosse o pai do mesmo, "o cadáver da criança assado e enfiado no espeto". Outra, porque o marido havia elogiado os olhos de uma de suas escravas, mandou arrancá-los a ponta de faca para, ao jantar, oferecê-los ao marido, dizendo com o mais cândido sorriso: "como elogiate-os, mandei arrancá-los para presentear-te".

Não é necessário dizer que nunca senhor ou senhora sofreram alguma punição pela justiça. Iria longe e precisaria de muito espaço para comentar. Quero apenas referir que Darwin quando esteve no Recife, entre 12 e 17 de agosto de 1836, registrou no seu diário: "Até o dia de hoje, sempre que ouço um grito distante, lembro-me vivamente do momento doloroso que senti, quando passei por uma casa em Pernambuco. Ovi os mais angustiosos gemidos, e não tinha dúvida nenhuma de que algum miserável escravo estava sendo torturado".

Impressionante pela riqueza dos detalhes é a denúncia contida no *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição*, de 1763-1769, contra o dono de engenho Francisco Serrão de Castro que sodomizava todos os seus escravos, introduzindo o seu membro na parte que o inquisidor ora chama de "parte mais imunda do corpo", ora de "vaso posterior". Excetuando este fato de que era useiro e vezeiro, Francisco Serrão era bom cristão, sempre ia à missa dos domingos e dias santos.

Uma crença largamente disseminada era que a cópula com uma virgem preta na puberdade curava a sífilis e a gonorréia. Crença não apenas popular, pois a encontrei em livros de medicina portugueses da época.

Os abusos e misérias cometidos contra os negros foram sem número e estão muito bem documentados. Até a exploração das escravas pela prostituição, forçadas pelos seus donos.

Russell-Wood, um dos melhores historiadores da escravidão no Brasil, assinala a raridade dos casamentos inter-raciais, e o tremendo medo dos brancos devido a sua inferioridade numérica em face dos negros. Em 1818, havia dois milhões de negros e um milhão cento e quarenta mil brancos.

Havia da parte dos brancos portu-

gueses, e depois brasileiros, uma inevitável política de procurar desarraigá-los escravos sua cultura, religião e laços familiares. Aos negros só era permitido ser carpinteiros, alfaiates e sapateiros, enquanto o comércio e as funções mecânicas eram exercidas pelos brancos. Eram também proibidos de usar legalmente certos tipos de tecidos, como seda e veludo, e jóias de ouro ou prata.

Funções públicas da Coroa, municipalidade, judiciário, Igreja ou ordens religiosas eram fechadas ao preto ou mulato. A maior ou menor quantidade de melanina na pele mais a exaustiva pesquisa sobre a pureza de sangue eram fundamentais para qualquer um que desejasse subir socialmente. Comprova-se que o negro e o índio nunca aceitaram a escravidão.

Reagiram pelas freqüentes fugas e a organização dos *quilombos* com construções, defesas e plantações. Eram organizados e havia hierarquias sociais com rei, rainha, príncipes e cargos militares. Outra maneira era o suicídio, e não era infreqüente o que comiam barro. É provável que a geofagia fosse também motivada pelas deficiências alimentares em sais minerais.

Está comprovado que em Minas Gerais os senhores davam carne podre aos seus escravos por ser mais barata. Excesso de trabalho, doenças e subnutrição contribuíam para que a vida média de um escravo trabalhando fosse em torno de dez anos.

Cachaça era fornecida, não apenas pela crença popular de "matar o bicho", como também por ser barata e



"Castigos domésticos"

pelas suas propriedades energéticas. Câmara Cascudo explica esta locução, que ao realizar uma necropsia o cirurgião encontrou uma lombriça no coração, viva e bulindo, que resistindo a diversos líquidos só veio a morrer quando foi aplicada uma bebida alcoólica.

Em louvor dos negros deve-se assinalar que sobreviveram à escravidão e preservaram sua integridade cultural, se adaptando às várias realidades sociais, políticas e econômicas. Suas irmandades serviam como fatores de coesão e educação coletiva. Apesar das perseguições aos costumes africanos, proibição de cantos, músicas, danças e seitas religiosas.

Em que pese tudo isso e mais coisas, os negros escravos, e depois livres, deram um contributo notável à cultura brasileira em todos os campos das artes e, inclusive, nas ciências.

* Professor aposentado das UFPE e membro do IABGP.

A utopia dos Palmares

Douglas Apratto Tenório*

Alguns movimentos negros negam que a escravidão tenha sido de fato abolida e argumentam com o fato de que boa parte da população negra ainda não se integrou de todo à vida nacional. E propõem como data alternativa para simbolizar a saga do negro brasileiro 20 de novembro, dia em que, nos idos de 1695, há trinta e seis anos, portanto, morreu em combate Zumbi dos Palmares. Naquele ano se desvanecia uma utopia negra de um século de resistência contra a escravidão.

A história brasileira é um rosário de rebeliões e inconformismos dos escravos. Vamos encontrá-los em todo o território nacional: Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas, São Paulo, etc. Os quilombos, os mocambos, os quilombinhos foram formados em todos os recantos do Brasil desde o Séc. XVI.

Qualquer ajuntamento até de três escravos fugidos era considerado como quilombo

Inumeráveis foram estes ajuntamentos que se formaram, sendo difícil até um mapeamento completo dos mesmos. A existência

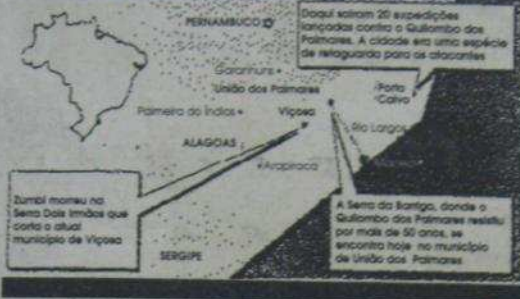
de quilombos impunha tal receio que qualquer ajuntamento de escravos fugidos, mesmo quando composto de apenas três, era considerado como quilombo e lido severa assim o nomeavam.

Contudo, o Quilombo dos Palmares, graças a sua organização, importância e extensão, é considerado o mais importante, o próprio símbolo de todos os demais, levando inclusive muita gente, erroneamente, a considerá-lo como o único existente.

Na verdade, ele foi a maior demonstração de rebelião da história do escravismo no Brasil e durou quase sete décadas. Localizado na Serra da Barriga, aconteceu quando Alagoas era território pernambucano, coexistindo com uma das maiores populações negras do país, devido ao grande desenvolvimento da agro-indústria açucareira.

Nesta vasta zona de floresta, quase paralela ao litoral e a distância de vinte ou trinta léguas da costa entre o São Francisco e o Cabo de Santo Agostinho, situavam-se dezenas de quilombos, entre os quais, os de Zumbi, Macacão, Tabocas, Acotirene, Osenga, Dambazanga, Sulupira e Palmares,

MAPA DA REGIÃO DO QUILOMBO



que passou a generalizá-los. A sua denominação deveu-se à abundância de palmeiras que se encontram na região das cercanias da Serra da Barriga, no atual município de União dos Palmares. Milhares de negros plantando e cuidando de suas famílias, em completa harmonia com a natureza e com os seus semelhantes.

A reação do colonizador foi implacável. Foram enviadas várias expedições contra os Palmares. Muitas delas foram verdadeiros desastres, pois os negros, com tenacidade admirável, frustraram mais de trinta expedições militares. Quando derrotados, os Palmares ressurgiram como dantes. Os so-

breviventes dos combates reconstruíram tudo, mantendo a tradição heróica de seu povo em volta da serra histórica. Apesar da dificuldade de reconstituir integralmente a sua memória, sabemos hoje de importantes fatos da mais bela página de liberdade que nos antepassados escreveram. Ganga Zumba, e, principalmente, Zumbi, a sua maior figura, esquecidos pela história oficial, são hoje reconhecidos pelo papel que representaram e pelo exemplo que deixaram.

O que aconteceu há três séculos em Alagoas, no reduto dos escravos fugidos, o Quilombo dos Palmares, é parte caríssima da História do Brasil. Tal

como Tiradentes, no século XVIII, Zumbi dos Palmares, no século XVII, e o sonho palmarino, reivindicaram o direito de todos os homens de ser responsáveis pelo seu próprio destino.

Quando os ativistas negros afirmam que a Abolição não aconteceu, estão na verdade se referindo ao fato de que os negros no Brasil ainda não ocuparam plenamente o papel que desejam representar na sociedade. A maior parte deles está incluída nos 65,7% dos brasileiros que formam o contingente dos pobres e miseráveis e indigentes do país. São sempre os últimos a chegar ao topo da pirâmide social.

Destruir "a obra da escravidão" não é tarefa fácil. O Brasil foi a última nação americana a abolir a escravidão. Sua história já não pode prescindir do concurso dos não brancos, alguns dos quais se tornaram expoentes definitivos, como Machado de Assis, Lima Barreto, padre José Maurício ou José do Patrocínio. Assim como a maior figura, hoje lembrada e reverenciada, Zumbi dos Palmares, eles trabalharam e lutaram para abolir as diferenças, para que um dia os negros dessem de ser marginalizados, dessem de constituir maioria nos presídios e hospícios e entre analfabetos, desempregados, favelados e meneses abandonados.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e professor de história na Universidade Federal de Alagoas



"Habitação de negros". Rugendas, em Voyage Pittoresque dans Le Brésil

O dia da consciência negra

Severino Lepê Correia *

"... Calcaremos sob os pés
'A infância e a cobardia'
Que ainda jaz sob a Bandeira
Que um dia o Andrada alçou..."

"A história é a busca incessante dos homens, talvez mágica, talvez absurda, de um sentido para a vida. É a invenção nossa de cada dia."

A cultura é o resultado do pensar, do sentir e do agir dos homens. Ela estabelece a ponte entre os homens, é o alicerce básico das suas relações sociais; é o inventar e reinventar constante, cotidiano, na tentativa de superar as dificuldades que cercam o fazer histórico. Em síntese, é a multiplicidade, a diversidade, o toque de sedução, de controle, de dominação e encanto dos homens.

Como a cultura não existe em abstrato, "é sempre mediatizada por fatos ou produtos da ação criativa do ser humano", neste País essencialmente contínuo e problemático, o negro vigorosamente resiste ao tempo, longe de arrefecer diante do jogo dominante.

Respondendo a uma situação de escravo desde que chegou ao Brasil, a luta do negro, de início, não representa um anseio de conquista de uma identidade específica dentro da sociedade brasileira, até mais ou menos 1888, uma vez que, por várias vezes foram frustradas as experiências dos grandes quilombos, e deportados a partir de 1831.

Após a abolição, a sociedade brasileira começa a provar como fora um resurgimento das tensões, desta feita, em sua segunda fase. O negro a essa altura, já culturalmente assimilado, — dilga-se não somente de passagem — alienado, sente a necessidade de religar seu cordão umbilical com a Mãe África. O estímulo foi a pseudo — cidadania que lhe deram, que era como um

copo de cicuta sorridente que redundava em sua ditização, enquanto povo e enquanto indivíduo.

Teria de lutar arduamente, o negro, depois da desagregação da escravocrata ordem, e da implantação da República, para se tornar cidadão e se desvencilhar da carga humilhante e ao mesmo tempo explosiva de colonizado de terceira ou quarta categoria.

O momento que vivemos hoje teve início no fim da Segunda Guerra quando a luta dos negros americanos pelos direitos civis deu pano para as mangas para que o negro brasileiro observando os fatos pudesse se identificar com seu continente de origem e reestruturar sua psique observando e se espelhando em seu passado cultural.

Embora o palco onde o negro estreja a representar, e recolocar seu drama, seja esta sociedade dos nossos dias, ainda em muitos aspectos a reprodução fiel da sociedade colonial, "a criminalização da cultura do negro", como diz Wilson Nascimento, nos oferece a comprovação de que "o negro é fator determinante da cultura brasileira".

Não é uma percepção feita desde fora como carnaval, futebol e mulatas, mas o estudo acadêmico e o "uso da lente das diversas metodologias nos mostra a cultura afrobrasileira" como elemento central da história do país e de suas interações presentes.

O 20 de novembro — dia da Imortalidade de Zumbi, dia da Consciência Negra — contém esse significado. É uma data de comunhão viva e, ao mesmo tempo, de auto-emancipação coletiva.

* Psicólogo e diretor editorial do jornal Djembay — Informativo da Comunidade Negra Pernambucana



"Capitão-do-mato". Rugendas. Voyage pittoresque dans le Brésil

Zumbi morreu lutando

Talvani Guedes da Fonseca*

A fuga para o mato era a reação mais simples e freqüente dos negros contra a escravidão; que no Brasil começou em 1550, quando Tomé de Sousa recebeu a primeira leva de pretos, por ordem do Rei D. João III. Na floresta, eles formavam o quilombo, aldeamento protegido por palçadas e no qual faziam os mocambos, pequeno agrupamento de casas primitivas, cobertas de folhas de palmeiras.

Zumbi passou à história como o principal chefe do quilombo de Palmares, Pernambuco, onde durante cerca de um século se abrigaram as multidões de negros que desertavam do trabalho escravo. Na floresta, que conheciam como ninguém, os quilombolas resistiram a pelo menos dezesseis expedições, desde a de Bartolomeu Bezerra, em 1602, à de Domingos Jorge Velho, em 1694, quando, afinal, o quilombo foi arrasado.

Comandante militar de Palmares, Zumbi assumiu a chefia do quilombo depois que seu tio, o Rei Ganga-Zumbi, foi executado pelos próprios ne-

gros por aceitar a paz dos brancos, em 1678. Zumbi, que lutava desde antes de 1675, quando se feriu na perna e ficou aleijado, recusou depor as armas, passou a dirigir o quilombo e deu início a uma nova fase da resistência. Sua luta continuaria mesmo depois de destruída a última cidadela do quilombo, o resturo do Macaco. Com vinte homens fiéis, ele se internou no mato, onde, delatado por um mulato, foi morto e decapitado pelo Capitão André Furtado de Mendonça. Sua cabeça foi expostada num poste e cobada numa praça pública do Recife, para servir de exemplo aos negros.

A mensagem de liberdade do quilombo projetava-se à distância e através do tempo: em 1839, era destruído, mas ao Sul do País, em Palmares, Estado do Rio, o quilombo de Manuel Congo. A força da música de Zumbi encontrava seguidores quase um século e meio depois de seu sacrifício.

* Jornalista. Foi repórter da revista Realidade, de onde veio o texto aqui transcrito. Reside hoje em São Paulo (SP).



O dez e o vinte de novembro

Plínio Victor Araújo *

O Recife, assim como o Brasil, ou melhor, as associações culturais afros, e uns poucos órgãos oficiais, pressionados por essas associações, neste ano de 1995, comemoram o terceiro centenário da morte de Zumbi. Neste mesmo ano, neste mesmo mês de novembro, ao ensejo e notícias do evento, servidores de uma clínica hospitalar particular, do Recife, conversam sobre Zumbi:

Servidor I: "Zumbi, aquele que cortaram a cabeça dele no Pátio do Carmo, e colocaram a cabeça dentro da igreja".

Servidor II: "Não, colocaram na igreja, não, enterraram no pátio".

Servidor III: "Não, rapaz, Zumbi não foi aquele negão que mataram no mercado da Ribeira, em Olinda?".

A conversa ilustra que nem como esforço especial para se "avivar" a memória da população sobre Palmares e Zumbi o centenário se prestou.

Porém, pensemos — como consequência, ou através de que mecanismo, a população saberia sobre Palmares, Zumbi, sua cabeça exposta no Recife? Cabeça exposta? O que é isto?

Há meses atrás, historiadores sérios do Recife, imprescindíveis para a nossa historiografia, comentaram nunca ter ouvido falar desse fato, — a cabeça de Zumbi trazida ao Recife. Foi preciso que os festejos motivassem a releitura, ou a leitura primeira de Edison Carneiro e Décio Freitas, cujos trabalhos, respectivamente, *O quilombo dos Palmares* e *Palmares: a guerra dos escravos*, baseados em pesquisas documentais em arquivos portugueses, para que no Recife aceitassem, às pressas, o fato: a cabeça decepada e salgada de Zumbi foi exposta no Recife.

"Deu-se isto no dia 20 de novembro de 1695. Era necessário provar que Zumbi estava morto. Dezenas de comandantes de expedições haviam, ano após ano, dito ter dado morte a Zumbi, notícia logo desmentida pelo aparecimento do chefe negro, Zumbi.

O paulista (algunha do bandeirante Domingos Jorge Velho) decidiu transportar o cadáver até Porto Calvo. Na tarde do dia 21 de novembro, fez a apresentação do pequeno e magro cadáver aos oficiais da Câmara de Porto Calvo. O exame cadavérico acusou quinze ferimentos a bala e um sem-número de golpes de arma branca; depois de morto, o general negro fora castrado e o pênis lhe fora enfiado na boca; haviam-lhe arrancado um olho e

decepado a mão direita. Cinco testemunhas depuseram que se tratava de Zumbi, Banda, o companheiro de Zumbi apanhado vivo, os escravos Francisco e João, o senhor de engenho Antônio Souza. Lavrou-se um 'auto de reconhecimento do negro Zumbi'. Por proposta de André Furtado de Mendonça, deliberou a Câmara que se conduzisse ao Recife apenas a cabeça do chefe negro. Levado o cadáver para o pátio da Câmara, aí, perante todos os oficiais, um escravo decepou a cabeça, lavrando-se 'Auto de decapitação do negro Zumbi'.

Salgada com sal fino, a cabeça seguiu para o Recife, onde o governador Melo e Castro mandou espetá-la num chugo no lugar mais público da cidade. Aí permaneceu até se decompor totalmente, "para satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizados os negros, que supersticiosamente o julgavam imortal" (Décio Freitas, em *Palmares: a guerra dos escravos*, 4ª ed., Editora Graal, Rio de Janeiro, 1982).

Entretanto, mesmo sob "pressão afro", as comemorações nesta cidade, que parece não ter percebido ainda a importância emblemática, que por isso possui, para a luta pela cidadania de imenso contingente da população brasileira, e para a história do Brasil, preferem viver de sonhos de "Holandas perdidas", aquelas mesmas que deixaram profundas marcas no Suriname, na Indonésia, na África do Sul. Aqui, prefere-se discutir qual teria sido melhor a utilizar a chibata, se morena mão do Tejo, ou se a mais clara mão dos Países Baixos. Aqui, prefere-se a ilusão de se confundir uma empreitada colonial de uma companhia comercial com o breve momento de deslumbramento de um príncipe culto, embriagado pelos trópicos, embriaguez que lhe custou, aqui, sua carreira política.

Pernambuco prefere, em Olinda, feriar e comemorar o 10 de novembro, em que se homenageiam Domingos Jorge Velho e Morais Navarro, — Bernardo Vieira de Melo, ambos caçadores de Zumbi, destruidores de Palmares, de quilombos, de aldeias indígenas, dos povos kariris.

Dirão "há que se ver a época em que atuaram". Como se a história não fosse feita do choque de idéias e vontades contrárias. Cada época então terá sua moral, seus objetivos e interesses próprios e específicos. Quais serão os nossos? Quais serão os do Recife e os de Pernambuco hoje? Serão ainda os de trezentos anos atrás, quando então se glorificava alguém, em Te Deum, na Sé de Olinda, e na matriz de Santo Antônio do Recife, por ter entrado no Recife carregando cabeças decepadas de negros e índios?

Mudaram-se os tempos, os obje-



Assim eram tratados os escravos no Suriname

tos e interesses? Ou ainda se tenta abafar, no caso, agora, a disseminação da informação de que Palmares foi um dos maiores movimentos de massa que já houve na América, e a maior revolta de escravos, no continente, menor apenas do que aquela que sacudiu o Haiti um século depois?

Será que ainda não é interessante que se saiba que o primeiro Estado livre depois que Colombo chegou ao continente americano foi formado em solo pernambucano, e se prefere a isso um grito de proprietário rural, matador de índios e negros, quando sentiu-se acossado pela perda de seus privilégios? Índios e negros que mesmo assim deixaram levas de gerações que fizeram e hoje fazem este país, que ainda não lhes reconheceu a cidadania plena, e os exclui da memória formal da Nação.

Talvez por isto Pernambuco comemore o 10 de novembro — a data emblemática — da glorificação da atitude histórica de se pensar o país, enquanto uma construção meramente formal, que ratifique e legitime o poder de uma minoria em proteger seus privilégios, em detrimento da maioria. Talvez seja por isso 10 de novembro feriado e o 20 de novembro seja apenas vagamente lembrado, sob pressão, isto ainda neste ano, pois que, tal data emblemática na dimensão popular a luta que, ao nível das concepções intelectuais, já está devidamente simbolizada na figura de Tiradentes.

Palmares, Zumbi, levantam ainda uma questão perturbadora, a de que neste país o negro é concebido historicamente, sociologicamente e antropológicamente, a partir de uma gênese construída cientificamente, no evento

escravidão, como se o negro, trazido da África, fosse como aquele ser, no qual transformaram-no, na senzala, no canavial. Como se o negro da África, para aqui trazido não tivesse tido e vindo de brilhantes civilizações e não possuísse ancestrais conceitos de país, pátria, família, "nacionalidade".

É como se, no século XVI, Deus tivesse feito do massapé um Adão negro nordestino, sem passado, sem história, sem lembranças, sem memória, concebido escravo, pré-fabricado escravo, projetado geneticamente escravo.

Palmares é uma lembrança que não se quer muito bem esmaltada, incômoda, de que levas e levas de africanos para cá trazidos (com a ajuda de africanos também, é verdade) eram mais cultos do que os Domingos Jorge Velho, os Morais Navarro, e a quase totalidade dos senhores de engenho, iletrados e incultos. Se, em 1695, a cabeça foi exposta no "lugar mais público" do Recife, "para satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizados os negros, que supersticiosamente o julgavam imortal", hoje o 20 de novembro é um dia qualquer porque hoje mandar espetá-la em um chugo no lugar mais público da cidade incomodaria ao invés de satisfazer os ofendidos e justamente queixosos, não atemorizando, mas deixando claro aos negros, e a outras pessoas do Brasil, que Zumbi é imortal, pois o país, acossado, é ainda um imenso quilombo, como o de Palmares, formado por várias etnias.

*Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador do Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE

Rebeliões negras em Pernambuco

Leonardo Dantas Silva *



A escravidão tem suas origens com a própria humanidade: desde os tempos bíblicos, descritos no livro *Gênesis*, os vencidos eram

tornados à condição de escravos, em troca de suas vidas. A escravidão era, dessa forma, vista como um gesto "humanitário", chegando a fazer parte de todos os grandes códigos da antiguidade, como o de Hamurabi, com especial enfoque no Direito Romano e nas Ordenações do Reino, que serviram de norma escrita ao mundo português até o século XIX.

Depois que Antônio Gonçalves e Nunes Tristão capturaram os azenegues do Rio do Ouro, em 1441, a serviço do Infante D. Henrique de Portugal, as expedições portuguesas e espanholas transformaram-se em verdadeiras empresas, com objetivo de incrementar o comércio escravo, fixando na Costa da África várias feitorias, especialmente na região do Cabo Branco, estabelecendo-se posteriormente na ilha de Arguim (1448) e no Senegal (1460), com a finalidade de adquirir prisioneiros de tribos africanas, para transformá-los em escravos.

Na estimativa de Vitorino Magalhães Godinho, in *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV (Lisboa, 1981-83), citado por José Ramos Tinhorão, in *Os negros em Portugal* — *Essa presença silenciosa* (Lisboa, 1988), foram importados como escravos berberes, árabes e negros africanos, entre 1448 e 1505, de 136.000 a 151.000 indivíduos.

Em Portugal, foram os escravos, inicialmente, destinados aos serviços domésticos, e logo em seguida passaram a ser usados na florescente lavoura da cana-de-açúcar, nas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde.

Na América, a escravidão foi introduzida pelos espanhóis com os descobrimentos, havendo indícios de que nas naus comandadas por Cristóvão Colombo, em 1492, já houvesse escravos; com regularidade, porém, a importação de negros só foi introduzida pelos espanhóis, a partir de 1501, em São Domingos. No Brasil, se comprova a existência de escravos a partir de 1531, na Capitania de São Vicente. Em Pernambuco, em carta escrita em 1539, dirigida ao rei D. João III, o donatário Duarte Coelho Pereira solicita autorização para a importação direta da costa da Guiné de 24 negros, a cada ano, quantidade que seria aumentada por D. Catarina, em 1559, para 120, mediante o pagamento de uma taxa reduzida, nada impedindo que outros negros aqui chegassem por outros caminhos. No testemunho dos jesuítas Antônio Pires (4.6.1552) e José Anchieta (1548), era comum a existência de escravos



Mapa de Pernambuco, por Marcgrave/Frans Post (1643)

negros e índios em Pernambuco; a escravidão dos índios durou até o século XVII, quando foi extinta pela Bula do Papa Urbano VIII, de 22 de abril de 1639.

A Escravidão em Pernambuco

Escrevendo de Olinda, em 1584, o padre Fernão Cardim diz possuir Pernambuco 66 engenhos, com produção de açúcar estimada em 200 arrobas, sendo o porto do Recife visitado anualmente por 45 navios, o que proporcionava às famílias aqui residentes um fausto por vezes superior ao de Lisboa.

Todos os demais cronistas do século XVI e início do século XVII são unânimes em confirmar o crescente progresso da capitania quarentena, chegando

frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil*, escrita na primeira metade do século XVII, a afirmar que era Pernambuco o mais nomeado e frequentado porto do Brasil (1618), devendo render "perto de vinte mil cruzados e os direitos do açúcar" — produção estimada por Ambrósio Fernandes Brandão, in *Diálogo das grandezas do Brasil*, em 500 mil arrobas e cujo transporte para Europa era feito por cem naus fretadas por particulares.

Quando da invasão holandesa, em 14 de fevereiro de 1630, existiam em Pernambuco 121 engenhos, sendo o porto do Recife o mais frequentado da América Portuguesa.

Toda essa economia era naturalmente sustentada por braços cativos, introduzidos pelo col-

nizador com o benéplácito dos Reis de Castela e da Igreja Católica. Os escravos eram todos vistos como *mouros* e, como tais, "infieis", para os quais o Papa Eugênio IV autorizou o "direito" de cativar. Justificava a Igreja de então, através de seus teólogos, que sobre os africanos de todas as raças recaía o preceito bíblico que, descendendo de Cã, estariam condenados à escravidão; como acentua o padre Manuel da Nóbrega:

"Nasceram com este destino que lhes veio por maldição de seus avós, porque estes cremos serem descendentes de Cã, filho de Noé, que descobriu as vergonhas de seu pai bêbado, e em maldição e por isso ficaram nus e têm outras mais misérias", in *Diário sobre a conversão do gentio*, ed. do padre Serafim Leite, Lisboa, 1954.

Joaquim Nabuco, aos vinte anos, quando estudante da Faculdade de Direito do Recife, ao escrever o seu primeiro livro, em 1870, *A Escravidão*, dá o seu testemunho:

"Eis como a religião penetra na vida do escravo; eis o resumido papel que desempenha casualmente o padre que atravessa a propriedade agrícola, que senta-se à mesa do senhor, que serve-se gratuitamente do serviço dos escravos, a quem não fala, a quem despreza. Em sua cumplicidade, tudo isto é horrível. E dizer-se que habituamos de tal forma ao crime, que ele nos parece uma condição natural da existência das duas raças. Eis o que se tornou o catolicismo abraçando a escravidão; os mosteiros encheram-se de escravos, não perseguidos, mas comprados; os bens das comunidades religiosas contaram-se por cabeças de homens e de gado. E no entanto, eles, os frades, acreditam ainda que servem a Deus; seu misticismo todo aparente é

nenhum, porque não é só a corrupção, que reina nos claustros, é também a ignorância, e o misticismo ainda que uma dedicação é também um sistema, não lhes deixa ver que ao passo que pretendem absorver-se em Deus pelo espírito... martiriza o próximo. Quantas vítimas não fizeram os conventos? Partilhando com a pirataria, quantas famílias inteiras não tiveram sob seu poder e não têm ainda hoje? Nem se nos diga que os escravos são bem tratados; não, as fazendas são arrendadas a diversos, eles têm escravos para alugá-los a senhores despóticos. Nem se exalte a caridade de certos conventos que libertam escravos... eles libertam os velhos, talvez libertem as crianças; mas o crime tem se perpetuado: hoje a mancha é muito negra, e a igreja brasileira do seio da qual Vieira advogara a liberdade dos Gentios, não devia manchar-se no comércio de carne humana; não devia arrastar seu manto puro das cinzas dos grandes crimes do catolicismo, a inquisição e a noite de 24 de agosto de 1572; por entre as miséras da escravidão; hoje ela está poluída, e por isso é que nos ajuntamos aqueles que querem a extinção das ordens religiosas, enquanto a igreja não estiver separada do Estado: sim, porque os claustros que se tinham contaminado com a corrupção, que se tinham desprestigiado com a ignorância, tomaram-se diante de Deus e da civilização réus de um crime que não tem perdão, por vir dos ministros de Jesus, do grande mártir da liberdade. O crime todos o sabem. É a escravidão" (p. 37).



É de Pedro Calmon o comentário:

"Tudo era começar. Engenhos e tráfico. Canaviais e fabrico. Casas-grandes e escravidão. A partir dessa época [séc. XVI], muitos amadores se especializaram no negócio, as águas da Guiné e Angola se encheram de barcos 'tumbeiros' e o Brasil teve os escravos que quis. Inundação deles. Grossa e ininterrupta imigração de pau e corda. Milhares ao ano, e em número crescente. Negros adultos e crianças; mulheres, para produzir, e homens invalidados cedo pelas atrozes moléstias do seu e do nosso clima. A nódoa que se alastrava. Horror da navegação negra. Crime organizado, pela forma da pilhagem. Desumanidade inaudita, pela torpeza da viagem. Deslocamento metódico de populações. A passagem, para a América, das sobras da África apinhadas um tanto ao acaso, desde o Senegal até Moçambique, para o lucro do vendedor, príncipe da costa, empresa de portugueses, ou as próprias famílias dos escravos, para a fortuna do traficante, que espantosamente ganhava, para a lavoura e a conquista do Brasil..."

Era tanta a importância do trabalho escravo que o padre Antônio Vieira, em carta dirigida ao Marquês de Niza,

datada de 12 de agosto de 1648, chega a afirmar:

"— Sem negros não há Pernambuco!"



Por essa época, não somente as Américas, mas toda a Europa se entregara ao comércio de escravos da Costa da África. Nenhuma grande nação europeia estava isenta da mancha da escravidão, no dizer de Augustin Cochin, estendendo-se esta situação até os fins do século XVIII, às vésperas da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1793).

A Escravidão no Brasil holandês

Os holandeses, a exemplo dos franceses e ingleses, já em 1612, eram grandes comerciantes de escravos, com feitorias instaladas na Guiné e em Mousee, onde levantaram o forte Nassau, tomado pelos ingleses em 1872. Os pastores da Igreja Reformada, a exemplo da Igreja Católica Romana, nunca tomaram qualquer posição contrária à escravidão dos de raça negra e, em que pesem as sucessivas recomendações do conselho eclesiástico, nunca se importaram com a instrução dos escravos nos ensinamentos da religião cristã.

Instalados no Brasil, a partir de 1630, os holandeses procuraram intensificar o comércio negreiro, conquistando as fortalezas de São Jorge da Mina (1637) e São Paulo de Luanda (1641), em Angola, onde adquiriram os seus escravos na maioria das vezes em troca de gêneros e utensílios diversos. Segundo Hermann Waetjen, in *Der Negerhandel in Westindien und Sudamerika*, citado por José Antônio Gonçalves de Mello, os negros eram comprados na Guiné por quantias que variavam entre 12 e 75 florins e em Angola entre 38 e 55 florins, sendo vendidos no Brasil por 200 a 300 florins por peça — alguns por vezes alcançavam o dobro desses preços —; acrescentando ainda o autor de *Tempo dos Flamengos* uma informação deveras curiosa:

"Os negros eram adquiridos, também, por meio de 'certo buziozinho' que tinha valor de dinheiro em Angola, onde eram chamados de 'umba' (talvez o que os negros de Pernambuco chamam de 'gãá'); carta do Conselho dos XIX ao Conde e Supremo Conselho, datada de Amsterdã, 4 de abril de 1640".

Segundo a mesma fonte, as precárias condições de higiene, espaço (navios com o triplo de sua capacidade de lotação), de alimentação (faltava a água e a comida necessitava às longas travessias), transformavam os barcos usados no tráfico "em verdadeiros túmulos de pobres negros", citando carta datada de 12 de junho de 1643, escrita no Recife e endereçada ao conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais, em Amsterdã, em que dos 554 negros embarcados no *de Regen-*



Praça do Corpo Santo, no Recife, onde teria sido provavelmente exposta a cabeça de Zumbi

boge, faleceram 172 e dos 350 embarcados no *Bryantis*, 109 faleceram.

A mortalidade dos negros trazidos como escravos da África pelos holandeses chegou a preocupar o conde João Maurício de Nassau que, segundo a mesma fonte, presta esta informação:

"Vejo pelos registros, que embarcaram para o Brasil 6.468 escravos, no período de 7 de fevereiro de 1642 a 23 de julho de 1643, dos quais 1.524 faleceram; aproximadamente uma quarta parte dos embarcados. Resultado das más acomodações e da falta que se deve considerar indispensável", in *Relatório aos Estados Gerais (1644)*.



Segundo Waetjen, o número de negros importados entre 1636 e 1645, pela Companhia das Índias Ocidentais, que detinha o monopólio desse comércio e tinha nele uma de suas maiores rendas, foi da ordem de 23.163 indivíduos.

A Guerra dos Palmares

Porém, não se pense que o negro aceitou a condição de escravo, por vezes imposta pelos seus próprios pais ou familiares, sem qualquer revolta. Muito pelo contrário, já em 1602, ao assumir o governo da Capitania de Pernambuco, nomeado que fora por Felipe III de Espanha com o salário de 1:200:000, Diogo Botelho se preocupa com os negros do quilombo dos Palmares e contra este envia uma força comandada por Bartolomeu Bezerra. Com a invasão holandesa e o consequente abandono dos engenhos pelos portugueses, aumentou o número de

fugas de escravos, tornando-se os quilombos uma presença constante na documentação da época.

"Havia, também, pequenos aldeamentos ou bandos de negros que roubavam e matavam pelos caminhos: os 'boschneegers', contra os quais eram empregados capitães de campo brasileiros, já que os holandeses eram considerados incapazes para tal função [...] Vários capitães de campo foram empregados a soldo. O próprio João Fernandes Vieira, então em plena ação para fazer fortuna, contratou com o governo holandês a captura de negros fugidos, trazendo todos os que apanhar à presença dos membros desse Conselho e lhes serão vendidos à razão de 130 reais a peça".

Para com os fugitivos, o governo holandês sempre agiu com muita severidade, chegando a utilizar, a exemplo da expedição do capitão Roelof Baro, que se utilizou de cerca de cem tapuias na destruição do "grande Palmares", conforme carta datada de Porto Calvo, 25 de janeiro de 1644, enviada ao conde de Nassau.

"Contava ele que, pretendendo atacar o 'pequeno Palmares', achou-se inesperadamente em frente ao 'grande Palmares', que investiu em seguida. A luta pela posse do quilombo foi dura, tendo Baro contado cem negros quilombolas mortos. Do seu lado houve um morto e quatro feridos. O sítio foi incendiado, tendo sido feitos ali 31 prisioneiros, entre os quais sete índios tapuis (brasileiros) e alguns mulatinhos ('mulatjens'). O quilombo estava cercado por duas ordens de estacadas e era tão grande que nele moravam



quase 1.000 famílias, além dos negros solteiros'. Em volta da estacada, havia muitas plantações de mandioca e um número prodigioso ('winderbaer') de galináceos, embora não possuíssem qualquer outro animal de maior vulto, sendo que 'os negros viviam ali do mesmo modo que viviam em Angola'".

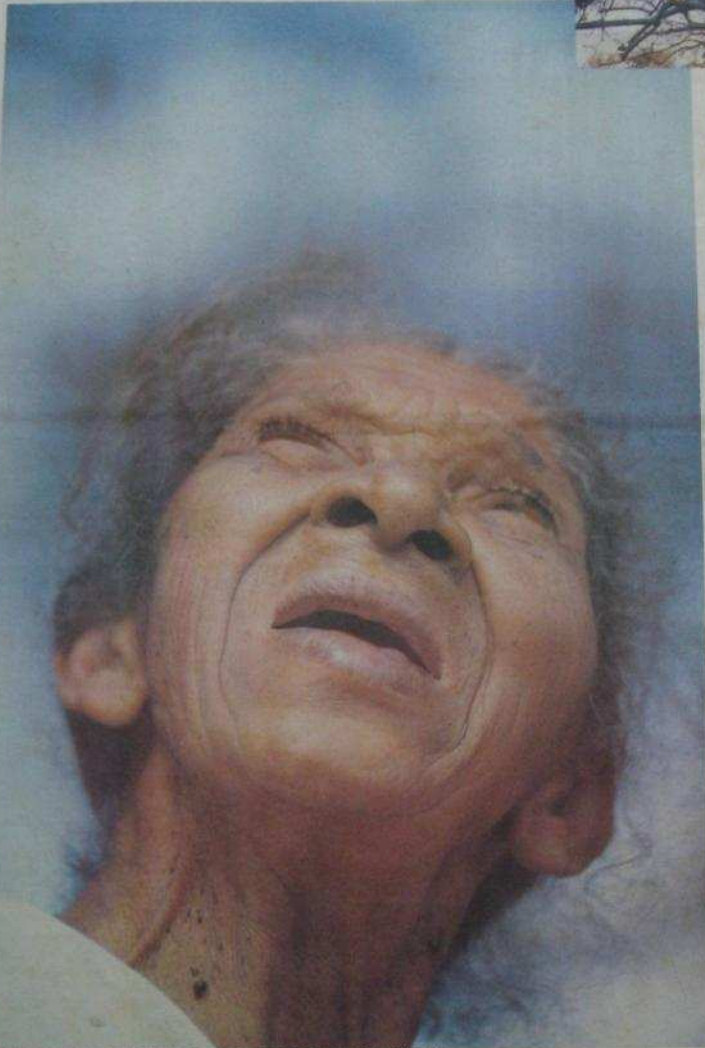
Outra expedição foi empreendida contra o quilombo dos Palmares em 1645, pelo capitão Jan Blaer, cujo diário, traduzido por Alfredo de Carvalho (RIAP n.º 56, Recife, 1902), foi publicado pelo autor destas notas in *Alguns documentos para a história da escravidão*, Recife: Editora Massangana, 1988 (Série Abolição, 11), com as correções que lhe foram feitas por José Antônio Gonçalves de Mello. Os quilombolas presos eram condenados pelos holandeses a penas de enforcamento, ou queimados vivos, como exemplo aos demais escravos.

Expulsos os holandeses em 1654, o quilombo dos Palmares, dominando a serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, voltou a crescer e a pôr em pânico os senhores rurais. Ocupava uma área, segundo Pereira da Costa, de 360 quilômetros, tendo por capital Macaco, com uma população estimada em 20.000 habitantes, o que obrigou o governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, a contratar os serviços do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, que se encontrava estabelecido na região, fazendo-se este representar pelo religioso carmelita frei André da Anunciação e pelo sargento-mor

Suplemento
Cultural

Diário Oficial - Estado de Pernambuco - Ano IX - Novembro de 1995

Textos de Gilson Oliveira
Fotos de Gleide Selma



**Projeto do
Centro Luiz
Freire mostra
como vivem os
remanescentes
de antigos
quilombos**

Mulheres da comunidade de Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE)

Livro e vídeo documentam cotidiano de Conceição das Crioulas, Livramento e Castainho

Terra de pretos

O Centro Luiz Freire, de Olinda, quer iluminar o passado e o presente de comunidades formadas por descendentes de antigos quilombos

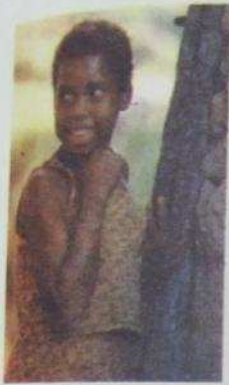


CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS, Salgueiro (PE)
À esquerda, atrizes de grupo teatral; ao centro, interior de uma cozinha e, à direita, homem vestido para caça



LIVRAMENTO, Triunfo (PE)
Acima, mulher em habitação de pedra, típica da comunidade. À direita, foto menor, criança, num domingo à tarde; foto maior: mulheres





Livramento

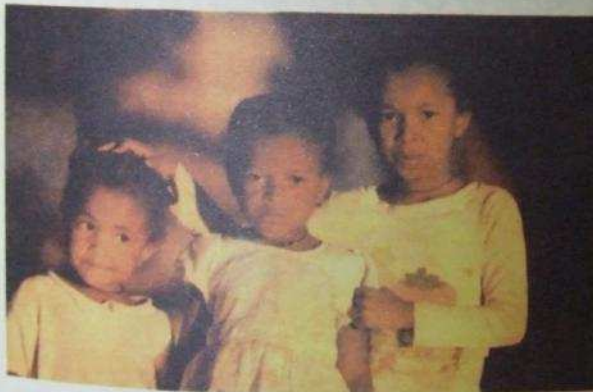
A comunidade, segundo lenda incluída em livro do historiador Paulo Mariano, de Princesa Isabel, foi formada por um escravo da Capitania de Ilanópolis, de nome Zumbi, que comandou uma rebelião na Zona da Mata de Pernambuco e fugiu para a região com um grupo de negros. Instalada numa terra de difícil acesso, Livramento, devido ao isolamento e às secas, sofreu grande processo migratório. Não existem informações sobre a legalização da terra, onde os remanescentes dos quilombolas praticam culturas de subsistência e criam animais. As atividades culturais são poucas, com destaque para o coco e a cantada, grupo musical em homenagem a São José, a padroeira antigamente era N. S.ª do Livramento.

Conceição das Crioulas

De acordo com a tradição, a comunidade foi formada, no século XVIII, por um grupo liderado por mulheres que fugiram do Quilombo dos Palmares, durante as últimas batalhas ali acontecidas. Ocuparam terras dos índios Anacimilins e cultivaram lavouras de subsistência e também algodão, que lavam e vendiam em Flores. Com o dinheiro teriam comprado as terras à Coroa Portuguesa. Os documentos se extraviaram e a comunidade vive sofrendo ameaças dos latifundiários. A padroeira do local é Nossa Senhora da Conceição e as principais manifestações da população, atualmente em torno de três mil pessoas, estão ligadas ao catolicismo, embora ainda existam simpatizantes do rondonilê e da dança do Toré, aprendida com os índios.

Castainho

Atualmente em luta pela posse da terra, tendo solicitado à Funai um laudo antropológico para fundamentar o processo de legalização, a comunidade vive do cultivo de lavouras de subsistência, como mandioca, milho, feijão, fava e feijão. Produz também tijolos e telhas, que, antigamente, encontravam mercado em Garanhuns. Entre as principais manifestações culturais, todas baseadas na dança, está o coco. Antes predominavam o rociado e a zabumba. Localizada a cerca de dois quilômetros da sede de Garanhuns, nas proximidades da Vila da Colônia, Castainho tem hoje uma população formada por 120 famílias (em torno de 500 pessoas), a maior parte ligada ao Cristianismo.



CASTAINHO, Garanhuns (PE)
Acima, à esquerda, criança. À direita,
grupo de crianças; abaixo, uma família
multriracial

Todas as fotos deste ensaio, e também a da capa do **Suplemento Cultural**, foram produzidas em agosto de 1995 por Gleide Selma. São parte de um conjunto de mais de cem fotos, muitas das quais serão publicadas em livro didático sobre as comunidades remanescentes de antigos quilombos.



Dona "Coca" e seus bisnetos, da comunidade de Castainho, Garanhuns (PE)

Herdeiros dos quilombos estão no Agreste e Sertão de Pernambuco

Gilson Oliveira *

Com uma economia baseada na mão-de-obra escrava, Pernambuco, desde o século XVII, foi palco de muitos movimentos de libertação dos negros. De acordo com recentes pesquisas, as organizações comunitárias dos povos de origem africana não se restringiram à área dos Palmares, existindo ainda hoje em seu território e em estados vizinhos comunidades remanescentes de quilombos.

De acordo com os dados até agora levantados, algumas dessas comunidades têm origem ligada ao próprio Quilombo dos Palmares, de onde muitos negros fugiram durante as lutas travadas com as tropas comandadas por Domingos Jorge Velho, líder da destruição da comunidade-fortaleza. É o caso das instaladas nas proximidades do local onde hoje se situa a cidade de Garanhuns, como Castainho, Estrela, Timbó e Magano (atualmente um bairro urbano). Segundo alguns pesquisadores, houve terras do próprio município doadas a uma neta de Domingos Jorge Velho, de nome Simca Gomes, para a fundação de Garanhuns. O objetivo era combater a formação de novas organizações comunitárias negras.

Outras comunidades negras foram formadas a partir de incursões que os



Mãos do negro "Tranca-rua", de Livramento, Triunfo (PE)

africanos, devido às perseguições dos senhores de escravos e em busca de terras ainda desabitadas do Agreste e do Sertão, fizeram por essas regiões.

O traço mais comum entre as comunidades remanescentes de quilombos é o fato de serem pouco conhecidas. Outro ponto que as assemelha é os seus habitantes viverem em constante luta pela posse da terra e a preservação da identidade cultural.

Visando colocar um pouco de luz sobre a realidade dessas comunidades, que constituem memórias vivas de importante capítulo da história brasileira, o Centro de Cultura Luiz Freire, de Olinda, está desenvolvendo amplo projeto, composto por, entre outras peças, livro de foto-depoimento, vídeo

realizado pela TV Viva, com direção de Sílvio Tendler, e a produção de um suplemento especial sobre os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e os descendentes de quilombos, a ser publicado em parceria com um jornal local. A meta é contribuir para o enriquecimento do debate público ensejado pelo tricentenário da mor-

te do mais conhecido líder negro, conscientizando principalmente os jovens sobre a história e a realidade dos negros e a amplificação dos seus direitos à cidadania.

As estratégias de divulgação do projeto prevêem, entre outras iniciativas, distribuição de livros na rede escolar, nas organizações públicas ligadas à temática e junto a entidades não-governamentais, Movimentos Negros e representantes das comunidades remanescentes dos quilombos.

Para levantamento do material usado no projeto, o Centro Luiz Freire enviou representantes a várias comunidades negras, onde foram realizadas entrevistas com os mais antigos moradores, consultou pessoas ligadas ao Movi-

mento Negro, jornalistas, escritores e os acervos de profissionais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Foram levantados apoios financeiros junto ao Governo do Estado, prefeituras dos municípios onde estão localizadas as comunidades, Ministério da Cultura, agências de Cooperação Internacional e ONGs. Os desdobramentos do projeto que podem ser desde já vislumbrados, segundo seus realizadores, são a articulação das comunidades remanescentes de quilombos em Pernambuco, a relação dessa temática com a Ação da Cidadania Contra a Miséria e a Fome — sobretudo no que diz respeito ao investimento da campanha este ano na questão fundiária — e a organização das comunidades junto ao poder público para encaminhamento de medidas necessárias à regulamentação da posse da terra.

No atual estágio, o projeto apresenta amplas informações sobre as comunidades de Conceição das Crioulas, em Salgueiro (que fica no Sertão Central, 523 km do Recife), Castainho, Garanhuns (cidade localizada no Agreste Meridional, a 230 km do Recife), Livramento, comunidade próxima a Princesa Isabel (PB) e Triunfo (Sertão do Pajeú, em Pernambuco, a 425 km do Recife).

* Jornalista

Crôstôva de Mendonça Arrais, em 3 de março de 1687. Como envolvia compromissos da coroa portuguesa, para com o "governador dos paulistas", que pela cláusula quarta este teria "os quintos que das presas tocarem à Sua Majestade", ficando ainda, pela cláusula nona, com o direito de receber do rei de Portugal "quatro hábitos das três ordens", o contrato teve que ser submetido à sanção real, o que veio a acontecer em Lisboa, em 7 de abril de 1693, sendo transcrito nos livros da Secretaria de Pernambuco, em 29 de julho do mesmo ano.

Dom Domingos do Loreto Couto, em sua obra *Desagravos do Brasil*



Glórias de Pernambuco, concluída em 1757, e dos nossos clássicos o que melhor descreve a guerra contra a República dos Palmares, sob a ótica dos

vencedores, dizendo ter esta começado em 1631 e relacionando uma série de nomes de portugueses, brasileiros, índios e negros que tiveram destaque nos combates, muitos dos quais contemplados com mercês pela coroa portuguesa. Em sua obra, reeditada pelo autor destas linhas em 1981 (Coleção Recife, v. XI), o beneditino descreve com as cores próprias da época a batalha final, ocorrida em 14 de maio de 1695 entre as forças legalistas e os negros que defendiam a sua república, muitos dos quais ali nascidos em liberdade, como se estivessem sob o céu da África, a ela dedicando todo o capítulo 4º do Livro Oitavo (p. 539-546), extraindo-se dele a seguinte descrição:

"Foram trazidos para o Recife os negros onde entraram a representar a sua desgraça o nosso triunfo. Todos os

que eram capazes de fugir ou se rebelar, os transportaram para outras províncias do Brasil, e alguns se remeteram a Portugal. As mulheres e crianças, em quem não cabia a suspeita, ficaram em Pernambuco, chegando a todos o merecido castigo da sua rebelião, passando de uma vida livre, a arastar nas misérrimas de cativos, as cadeias de escravo" (p. 545)

O fim dos Palmares

Em carta datada de 14 de março de 1696, o governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, comunica a D. Pedro II, Rei de Portugal, "a notícia de haver conseguido a morte do Zombi" (sic), segundo documento do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) transcrito por Ernesto Ennes, in *As Guerras dos Palmares* (Rio: Ed. Nacional, 1938, p. 258), utilizando-se para isso de informes obtidos pelo capitão André Furtado de Mendonça de um mulato a quem foi prometido o perdão em troca da denúncia do local onde se encontrava o líder negro.

Segundo o documento, Zombi encontrava-se sem sua família, acompanhado tão somente de "vinte negros, dos quais mandou catorze para os postos das emboscadas que esta gente usa no seu modo de guerra, e indo com os seis que lhe restaram a se ocultar no sumidouro que artificialmente havia fabricado, achou tomada a passagem: pelejou valerosa ou desesperadamente matando um homem, fendo alguns e não querendo render-se nem os companheiros, foi preciso mata-los e só a um se apanhou vivo; enviou-se-me a cabeça do Zombi que determinei se pusesse em um pau no lugar mais público desta Praça [Recife] a satisfazer os ofendidos e justamente

queixosos e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam este mortal, pelo que se entende que nesta empresa se acabou de todo com os Palmares".

A escaramuça em que se deu a morte do líder negro aconteceu em 20 de novembro de 1695 (op. cit., p. 104-105), sendo as tropas repressoras comandadas pelo capitão André Furtado de Mendonça. A dificuldade nas comunicações fez com que a carta do governador de Pernambuco ao Rei de Portugal somente fosse enviada em 14 de março do ano seguinte, por "um patacho que se destinava à Ilha da Madeira, e considerando que naquele porto pode estar navio que com maior brevidade chegue a essa Corte me pareceu não dilatar a Vossa Majestade a notícia de haver conseguido a morte do Zombi" (sic).



O "lugar mais público" da então povoação do Recife em 1695 era o largo do Corpo Santo, onde se localizava a igreja-matriz da mesma invocação que, juntamente com aquele logradouro, veio a desaparecer em 1913, quando das obras de remodelação do porto. Naquele local, em 15 de fevereiro de 1710, veio a ser erguido o pelourinho da Vila de Santo Antônio do Recife, criada por carta régia em 19 de novembro do ano anterior. A hipótese de que a cabeça do Zombi haveria sido exposta no atual Pátio do Carmo, como veio a ser divulgada recentemente pela imprensa local, carece pois de fundamentação documental. Em 1695, o atual logradouro, ainda não urbanizado, era parte de "uma sesmaria de cem braças de salgado que cercavam

em redondo", local onde se construía o novo convento e igreja do Carmo, sob a direção do mestre Antônio Fernandes de Matos, obras que só vieram a ser concluídas em 1767.

Mas, a guerra contra os quilombos dos Palmares não havia terminado. O próprio Loreto Couto nos traz informações — op. cit. p. 458-461 —, sobre a destruição de um núcleo desses insurretos em 1697 e a ordem régia de 12 de janeiro de 1700, mandando fazer guerra a outros quilombos remanescentes.

No início do século XIX, o viajante inglês Henry Koster, então radicado em Pernambuco, anota a presença de escravos foragidos, cujos bandos punham a população em sobresalto, até nas proximidades do centro urbano do Recife. Gláycia Lazzari Leite estudando os antecedentes sociais da Revolução Republicana de 1817, ao tratar da problemática do elemento servil, conclui: "As histórias de assassinatos de proprietários por escravos faziam parte da vida quotidiana das pessoas e o medo patrava como algo ameaçador", in *Pernambuco 1817*, Editora Massangana, Recife, 1988, p. 106.

A presença dos quilombos em nossa região foi uma constante até os últimos dias da escravidão, como anteriormente demonstramos quando da publicação de *Alguns documentos para a história da escravidão* (op. cit.), nos relatórios sobre o quilombo de Gossina e a presença dos quilombos de Catucás. Este último foi responsável, entre outros fatores, pela não fixação da primeira colônia de imigrantes alemães no Nordeste. Os colonos alemães,



cujo desembarque fora desviado de Santa Catarina para o Rio Grande do Norte, vieram para o Recife, onde o então presidente da província, Tomás Xavier Garcia de Almeida, cumprindo o Aviso Ministerial de 28 de setembro de 1829, os localizou nas terras de Cova de Onça e Ferraz, situada pouco depois da então povoação do Beberibe, bem próximas às matas do Carucá, onde estavam homiziados alguns escravos fugidos. A colônia, então com 200 pessoas, veio a ser dirigida pelo engenheiro alemão aqui radicado, João Bloem, que acomodou os colonos em seus respectivos lotes, em 1º de dezembro daquele ano. A colônia recebeu o nome de Santa Amélia, em homenagem à imperatriz Amélia de Leuthenberg, recentemente casada com o imperador D. Pedro I.

Sempre assediada pelos quilombolas das matas do Catucá, desprovida de homens em sua defesa, os colonos terminaram por ver assassinada a família Cristiani, em 1837, que residia em Cova de Onça. Em pânico, as famílias deixaram suas terras e retornaram ao Recife, retirando-se em sua maioria para o Rio Grande do Sul, onde voltaram a se estabelecer em São Leopoldo.

* Jornalista, pesquisador e diretor da Editora Massangana (Fundação Joaquim Nabuco)



Castigos públicos de escravos. Bugendas, *Voyage pittoresque dans le Brésil*

As trincheiras de pedras dos Palmares

Moacir Mesfiores de Sant'Ana *

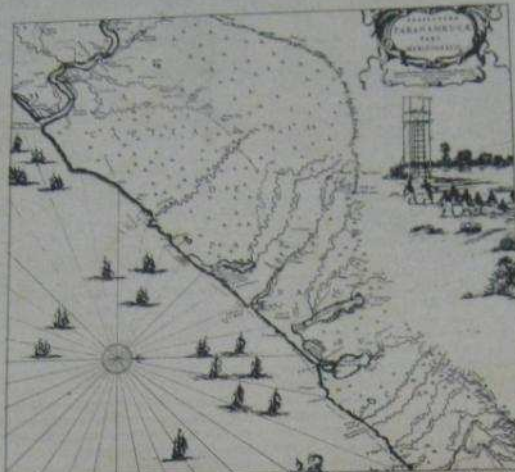
A história, através dos tempos, sempre foi escrita pelos vencedores, nunca pelos vencidos. Não constitui exceção, portanto, o que aconteceu com o maior episódio representativo da reação do negro contra a escravidão, no Brasil, o do *Quilombo dos Palmares*, acerca do qual até mesmo os documentos produzidos pelo vencedor, no caso o colonizador branco, em grande parte, não chegaram aos nossos dias, tornando-se tarefa impossível a completa reconstrução da grande epopeia negra dos Palmares.

Tais considerações são feitas a propósito da destruição de monumentos de pedra — talvez os únicos produzidos pelos negros aquilombados na região palmarina — que durante centenas de anos, como testemunhas mudas de um passado glorioso, permaneceram na área onde se travaram os maiores combates entre os palmarinos e as tropas portuguesas e brasileiras, que culminaram com a expulsão da denominada *Troia Negra*, na Serra da Barriga, em 6 de fevereiro de 1694, depois de mais de noventa anos de existência, uma vez que, já a 6 de novembro de 1603, carta testemunhável, escrita em Olinda, atendendo a petição de Diogo Botelho, refe-

ria-se a jornada comandada por Bartolomeu Bezerra, "contra os negros de Guiné, alevantados", nos Palmares.

Os monumentos destruídos, trincheiras de pedras superpostas umas às outras, sem a utilização de argamassa, certamente obras de defesa construídas pelos negros palmarinos, que "(se estabeleceram) na encosta oriental da Serra (da Barriga), depois de terem verificado que o lado oposto era inacessível".

A pós a segunda investida de Fernão Carrilho contra os Palmares, em 1677, quando este tomou dois quilombos, "um dos quais, o de *Macacaz*, (que) estava no lado esquerdo do *Mundaú*, onde é hoje a propriedade conhecida como *Mucambo* — informou Correia de Oliveira em 1917 — e um outro nas proximidades da Serra da Barriga, sob cujos destroços fundou Carrilho o seu Arraial, onde



Mapa do Sul de Pernambuco (atual Alagoas), por Marcgrave/Frans Post (1643)

existe atualmente uma fazenda com o mesmo nome", ou seja, de *Arraial*, os palmarinos, segundo tradição conservada através de gerações, "resolveram construir uma vasta e inexpugnável trincheira para, defendendo toda face

oriental da serra entre esta e o Rio Mundaú, oporem resistência franca e tenaz às armas da Capitania", assegurando a realização do empreendimento, começando "no meio do campo existente entre a serra e o rio perto d'uma lagoa atualmente chamada *das Negras*".



Pedacos de cochimbos rústicos



Pedaco de cochimbo decorado



Um pilão desenterrado em Palmares

O ajudado Correia de Oliveira, que no mencionado ano de 1917 visitou os locais onde provavelmente foram travados combates, inclusive o *Alto da Trincheira*, que então conservava este nome, assim a descreveu:

Larga de mais de três metros (a trincheira), comprida talvez de mil, estende-se pelo campo afora, aqui mais alta, além mais baixa, alguns trechos soterrados, toda, porém, de pedras superpostas a que o tempo deu tons esverdeados e tristes de antiguidade e abandono.

A pesquisa de campo daquele estudioso conterrâneo, nascido aliás em União dos Palmares, no sítio *Cabupe*, não se limitou ao local da pretendida trincheira ou trincheiras. Decidiu, com um guia, subir à Serra da Barriga, atravessando o Rio Mundaú na passagem conhecida como *Terra Cavada*, na esperança de encontrar no topo da serra, no fundo de uma lagoa, os tesouros que se propalava haverem ali depositado os palmarinos, na fase final da campanha dos Palmares. Todavia, para juntar-se à desilusão de não haver encontrado na serra, como esperava, a mata fechada, virgem, de árvores seculares, mas tão somente "a presença de enfesadas capoeiras, lá um ou outro pau-

d'alto solitário e infundáveis palmeiras", vinha mais uma nova decepção: "Secara a lagoa! No local do estreito porém profundo lago onde, outrora os palmarinos (...) iam áforas ruínas ao ombro buscar a água fresca e cristalina, (existia então) apenas uma cucurbita pequenina, à sombra de bananeiras vivantes".

Adiante, porém, que a mais recuada referência conhecida a respeito de descoberta arqueológica na região dos Palmares data do ano de 1837. A ela se reportou Rodrigo de Souza da Silva Pontes, — balano que presidiu a Província das Alagoas, de 26 de agosto de 1836 a 18 de abril de 1838 — em nota constante de trabalho publicado em 1841, nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, onde ao se referir à Serra da Barriga, que "a tradição (dava) por sede principal dos habitantes dos Palmares", sem maiores esclarecimentos, asseverou haver sido informado, provavelmente quando de sua permanência em Alagoas, de que "ainda em 1837 se descobriram vestígios de seus antigos moradores".

Povina Cavalcanti, outro alagoano, como Correia de Oliveira, igualmente natural das plagas palmarinas, ao descrever excursão àquela mesma Serra da Barriga, em 1921, referiu-se também àquela trincheira: "Aproximadamente um quilômetro de trincheira em derrocada por ali se estende, revelando, ainda agora, na mudez granítica de seus alicerces, a lograda defesa, que a República (sic) tentou oferecer à vigorosa arremetida das forças legais".

Nesse mesmo ano de 1921, o historiador Jaime de Alvalá percorreu as mesmas paragens, e a isso aludiu em conferência, a que denominou de *A redenção dos Palmares*, proferida a 13 de maio de 1928, no *Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, atual *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, quando asseverou que "as pedras (das trincheiras) Lá estavam ainda, como testemunhas da epopeia rubra que remontou os séculos e ficará perpetuamente na história do Brasil...". constituindo, em verdade, "páginas de um livro memorável em que os presentes e os porvindouros (deveriam) ler os preceitos puros da liberdade, base harmônica de todas as aspirações humanas".

Num domingo ensolarado de maio de 1940, Teófilo de Barros Filho,

As pedras das trincheiras ainda podiam ser vistas em 1921

enviado especial da revista *O Cruzeiro* e redator do *Diário da Noite*, igualmente do Rio de Janeiro, ambos órgãos dos Diários Associados, também empreendeu excursão à Serra da Barriga, em parte realizada a cavalo, acompanhado pelo dr. Mario Gomes de Barros, então prefeito de União dos Palmares.

Durante a escalada, iniciada após pernoite na casa-grande da *Fazenda Cabeça de Porco*, pertencente àquele prefeito, o repórter teve sua atenção voltada para o entrenchamento que teria servido para a defesa dos palmarinos: "Essa trincheira, conforme é hoje em dia chamada pelo povo — registrou em sua reportagem — desce da serra e se estende pelo vale num comprimento de uns 10 a 15 quilômetros. É constituída de pedras, à semelhança de muralhas, sem argamassa, porém". E a se levar em conta a narrativa desse jornalista, naquela região ainda existem matas, que o excursionista denominou de "floresta densa", em relato especial a respeito do propalado "Tesouro do Zumbi", o que na realidade discrepa, como se percebe, de observação de Correia de Oliveira, de 1917.

Em 1947, outro jornalista alagoano, radicado no sul do país, Luiz Alípio de Barros, esteve em missão jornalística na Serra da Barriga. Pertencente então ao corpo redacional da revista *A Gigarra*, do Rio de Janeiro, sua reportagem, ilustrada com fotos de José Medeiros, foi publicada em julho do citado ano, com o título de *Quilombo dos Palmares*, nela registrando seu desenhamento.

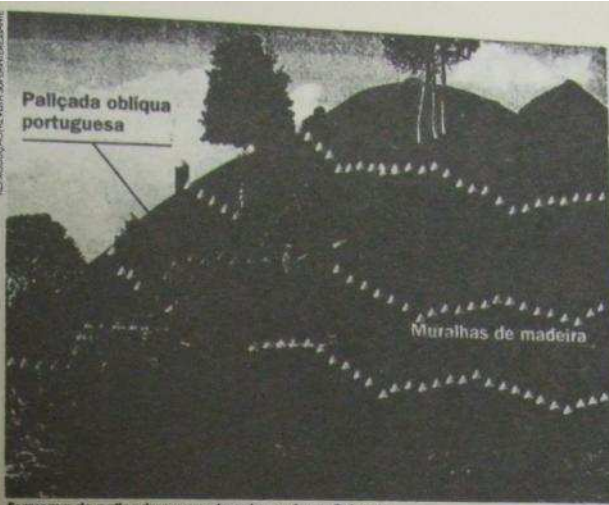
"Para quem vai à região palmarina procurando encontrar alguma coisa do tempo do Quilombo, como nós fomos, a decepção é geral. Tem que se voltar mesmo com as mãos vazias, e procurar tudo nos depósitos e arquivos da época".

Em 1940 um repórter descrevia uma trincheira de 15 quilômetros e floresta densa

Uma das mais recentes reportagens acerca das mesmas paragens é de autoria do jornalista alagoano Roberto Vilanova que, sob o título de *A lenda e os mistérios do Zumbi na Serra da Barriga*, foi divulgada nas colunas da *Gazeta de Alagoas*, em março de 1977.

De outras excursões àquelas históricas paragens encontramos registro. É certo, porém, que, de nenhuma delas, apesar de nossos esforços, conseguimos a comprovação de haver sido realizada. Mas fazemos questão de registrá-las.

A idéia mais antiga, até prova em contrário, da realização de pesquisas na área da Serra da Barriga, palco dos maiores combates contra os negros palmarinos, no século atual, data de 1908. A 21 de maio desse ano, em sessão do Instituto Arqueológico e Geográfico



Esquema de paliçada provavelmente usada em Palmares

Alagoano, atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, um de seus sócios, o dr. Francisco Izidoro Rodrigues Costa, propôs "que se nomeasse uma comissão para investigar no município de União, o local em que esteve estabelecido o Quilombo ou República dos Palmares, (sic) tirarem-se diversas fotografias do Arraial e da Serra da Bar-

riga e verificar se há, no cimo da serra, lagoa e, no caso afirmativo, sua origem".

Na mesma reunião foi constituída uma comissão destinada a efetuar as pretendidas explorações, compostas do proponente, Francisco Izidoro Rodrigues Costa, de Álvaro da Silva Rego, Luiz Joaquim da Costa Leite, Júlio Auto da Cruz Oliveira e Rosalvo Ribeiro.

A 8 de maio de 1928, em sessão do mesmo Instituto, sem dúvida por não haver sido concretizada, foi retomada a idéia de 1908, do sócio Francisco Izidoro, discutindo-se sobre a possibilidade de se realizar uma excursão à Serra da Barriga. Para sua realização escolheu-se o mês de outubro, e naquela mesma o-

portunidade foram indicados para integrarem a caravana, os sócios Alfredo de Maya, Antonio Valente, Craveiro Costa, Jayme de Alavida, Luiz Laventère e Orlando Araújo, "que (levariam) consigo engenheiros e fotógrafos".

Outra notícia acerca de mais uma programada excursão data de setembro de 1938. Registrou a revista maceioense *Alagoas* que, logo terminasse a estação invermosa, sob o patrocínio individual do dr. Mario Gomes de Barros e da Prefeitura Municipal de União dos Palmares, que inclusive iria proporcionar meios de condução, pessoal e instrumentos para a escalada, o historiador Manuel Diégues Júnior pretendia realizar uma demorada exploração na Serra da Barriga, documentada fotograficamente, participando ainda que, da mencionada excursão participaria uma comissão da aludida revista *Alagoas*, composta de Joaquim

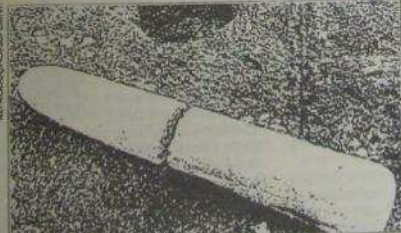
Ramalho, professor de Geografia do Instituto de Educação, do escritor Humberto Bastos e do jornalista Afrânio Melo.

Quando da conferência realizada em 1928, no então Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, comemorativa da passagem de mais um 15 de maio, linhas atrás referidas, visando impedir que aquelas trincheiras continuassem expostas à ação do tempo e dos homens, e um dia delas nada restasse, Jayme de Alavida propôs que com suas pedras fosse erguido, em um qualquer logradouro público de nossa terra, "um monumento a essa raça que argamassou, no eito, com seu suor e o seu sangue, as bases de nossa prosperidade". Tão sugestiva proposta, entretanto, não chegou a ser acatada. E quinze anos depois, a 31 de agosto de 1943,

em sessão daquela mesma instituição cultura um de seus sócios, Ezequias da Rocha, participou haver recebido correspondência do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano, pedindo a atenção de seu congêner alagoano para a devastação que vinha se procedendo "nas pedras das trincheiras da fortaleza dos Palmares, na Serra da Barriga", ficando resolvido, após discussão, que se oficiasse ao Prefeito de União, "pedindo-lhe providências energéticas a fim de cessar a destruição dos últimos vestígios da célebre atalaia palmarina".

Tudo porém foi em vão. No local, nada mais existe capaz de nos trazer à lembrança haver ali um dia existido o mais importante dos redutos dos Palmares, o símbolo maior da resistência do negro à escravidão no Brasil. Nada nos leva a recordar que naquela serra, onde há trezentos anos travaram-se grandes combates, africanos e seus descendentes, já nascidos no Brasil, venderam bem caro as suas aspirações de liberdade, após resistirem a dezenas de investidas de tropas luso-brasileiras e holandesas, durante os quase cem anos de existência do Quilombo dito Palmares, denominado de *Angola Janga* (Angola Pequena) por aqueles que um dia foram arrancados à força de seus países na África, onde viviam livres, para servirem no Brasil como escravos.

Em 1947 nada mais existia em União dos Palmares que lembrasse do famoso quilombo



Soquete de pilão encontrado em Palmares



Machados de pedra polida



Pedaços de vasos indígenas

* Pesquisador e diretor do Arquivo Público de Alagoas

Camoanga continua a resistência nas matas

Luz Sávio de Almeida *

Foi nos grupos alternativos que se teve maior demonstração de resistência nas Alagoas. Nossos quilombos foram poucos, apesar das diversas denúncias que apareceram, a grande maioria sendo derivada dos temores pânticos. Deve-se entender que a palavra quilombo era extremamente vaga no contexto da linguagem e da escrita pertinentes a estes mesmos temores. Qualquer ajuntamento de negro era um quilombo, mesmo que se estivesse diante de um reduzidíssimo número de pessoas envolvidas. Havendo qualquer ajuntamento de malvados tinha-se o alvoroço do Juiz de Paz, demandavam-se tropas, armação e cartucho para cerco. Basta acompanhar o quilombo do Songue: dois ranchos de palha assentados na mata pilarense. Nestes ranchos moravam Serafim, Félix, Maria e Rita, com os três últimos pertencentes ao mesmo senhor: Felipe da Cunha.

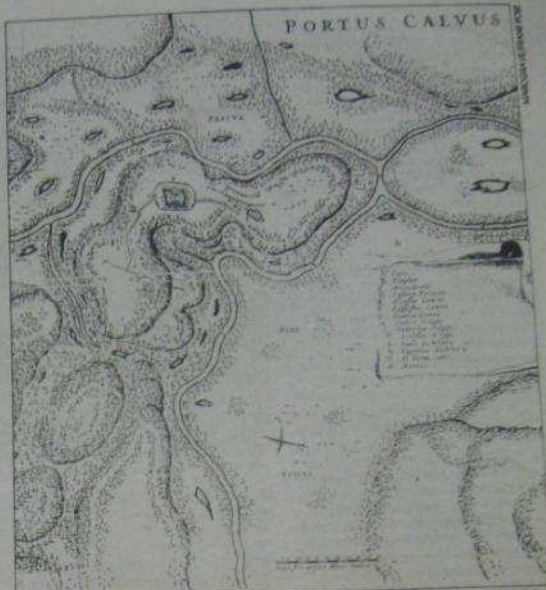
Dentro do universo dos temores, fosse qual fosse o número de pretos envolvidos, estava configurada a ameaça. Serafim deveria ser um negro diabo; já havia saído de umas grotas na mata de São Miguel dos Campos, assassinado a um de seus perseguidores e estava de rancho na mata pilarense. Serafim não estava isolado e, assim, pressentia-se o aumento dos ardis contra os donos de escravaturas, simbolizados na pessoa de Felipe da Cunha. No interrogatório, fala de seu relacionamento com Davi, escravo do mesmo Felipe da Cunha; com Teresa, escrava do Engenho São José, e com um forro por nome Lúcio. Menciona o nome de gente fugida, pessoas de seu contato e demonstrava, mais uma vez, para o temor branco, o fato de um quilombo ser bem mais do que a sua quantidade de moradores: era uma rede de relações e Serafim deixava claro que os negros se encontravam-se, articulavam, comunicavam-se, não eram um isolamento.



Todo e qualquer quilombo seria uma ameaça, pois o presidente não era o único elemento em jogo; pesava, também, na racionalidade da dominação, o quilombo enquanto futuro. A possibilidade de Serafim estar livre dentro da hegemonia do cativo implicava na desordem política e em ruptura com a base da organização econômica. Na medida em que o preto desescravizava-se, havia uma violência contra o sistema, cuja operacionalidade estava pressupondo, justamente, a negraria.

Novamente se tem que o temor branco teria de ser permanente e era uma realidade e não uma imaginação. Nunca se poderia pensar na possibilidade de harmonia entre o senhor e o escravo, sendo o confronto matéria básica do cotidiano. A sobrevivência do senhor estava na dependência direta da apropriação do outro. Pensar na possibilidade de uma harmonia era criar, por exemplo, tipo de razões teológicas conforme Benci, no afã ideológico de cimentar as relações, quando se nota que a harmonia argumentada era o modo proposto de manter a desigualdade.

A sociedade e os grupos alternativos assenhoravam parte das matas, que eram um caminho aberto e, ao mesmo tempo, fechado; estava aberto, enquanto diretura a ser demandada; estava fechado, na medida em que a natureza era tomada como meio efetivo de defesa. A queda da resistência palmarina não vai corresponder à quebra da resistência na área; o problema é que se rastreou muito pouco o que aconteceu após a chamada derrocada, desde que a maioria dos ensaios estava preocupada enfaticamente com o desenvolvimento da história dos Palmares, mas não avançaram após a morte de Zumbi, mudam-se os termos, mas ela continua constante. Disto desde logo deu sinal o negro Camoanga, como se pode verificar em consulta do Conselho Ultramarino, datada de 16.11.1699. Nesta consulta tem-se a prudência branca do



Mapa da região em torno de Porto Calvo, Alagoas, em 1637

Bispo, enfatizando a necessidade de liquidá-lo:

"(...) que a Dom Fernando Mz Mascarenhas se escreva, que quando não aproveitem com ele as advertências, e avisos que lhe tem feito o Bispo para o reduzir, faça toda a diligência para que não engrosse este negro em poder, e se faça, ao depois, mais custosa a sua destruição, e se sintam, antes que o aprisionem ou matem aqueles efeitos que se acostuma experimentar nos assaltos destes inimigos".

Pouco é sabido sobre Camoanga, mas, sem dúvida, representava a continuidade da resistência. O Bispo deu parte do que andava acontecendo nos Palmares, diligente para "reduzir" os negros; permite ver a continuidade da apreensão e é desta apreensão que fala através do Prelado, sobre a necessidade de destruir Camoanga, sobre quem o governo de Pernambuco recebeu ordens expressas; era considerado um "desobediente" e já havia faltado "várias vezes" com a palavra dada ao Bispo e a Coroa estava temerosa.

Torna-se oportuno citar um texto de Décio Freitas sobre a continuidade da resistência: "Passado algum tempo apareceu na região um émulo de Zumbi na pessoa do negro Camoanga. A frente de grupos armados este negro assolou repetidamente as povoações do litoral (...) Em janeiro de 1700, o rei ordenou ao Terço dos Henriques que se dirigisse a Palmares para cooperar na repressão contra Camoanga. Este



logrou escapar espetacularmente a um cerco da tropa de negros, mas um de seus filhos caiu prisioneiro. Recolhido à fortaleza do Brum no Recife, o filho de Camoanga conseguiu entretanto fugir tempos depois. A seguir se evanece o rastro de Camoanga. Pode ser que fosse ele quem estava à frente de um grupo de sessenta negros atacados e desbaratados em 1704 na Serra Negra pelo Capitão Mor Francisco Soares Moura. Sabe-se que um certo número de combatentes palmarinos fugiu para a Paraíba e aí se uniu a outros negros, bem como índios, para fundar um poderoso quilombo denominado Cumbe (...). Tal quilombo repeliu diversos ataques e foi finalmente destruído em 1731 por uma expedição organizada em virtude de ordens expressas do rei". (Palmares: A Guerra dos Escravos, 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 180).

Em março de 1704, o governo dava conta de uma diligência realizada com o objetivo de fazer os paulistas irem em entradas; seria uma repressão para castigar o que alguns levantados haviam obrado contra os habitantes da Vila de Porto Calvo. Aliás, pelo documento, sabe-se que várias ordens haviam sido expedidas aos mesmos paulistas, e que expedições punitivas haviam sido realizadas. O movimento dos levantados não era de pequena monta; era o próprio Palmares reduzido, mas em continuidade, operando dentro do cotidiano do desgaste e da síndrome do medo. Muitos negros eram aprisionados e, dentre eles, o filho de Camoanga.

(...) que é o que governa hoje aquele sertão, o qual mandastes prender na Fortaleza do Brum, para o remeterdes a esta Corte, porém que o pouco cuidado do Capitão o deixara fugir, e tinheis mandado fazer diligência por ele e pareceu-me agradecer-vos por esta, o cuidado e empenho com que procurades extinguir estes mocimbos de que se tem seguido hostilidades aos meus vassallos (...) e assim se deve continuar nesta diligência recomendando ao Mestre de Campo prosiga nestas entradas e no caso que se negue a elas ou não as faça em tempo conveniente: vos ordeno useis do meio que insinuais de mandar suspender-lhe o pagamento dos seus soldados, porque por este meio o obrigareis a que não falte a estas expedições (...).

A Coroa se encontrava, portanto, em plena operação; foi taxativa quanto à destruição da resistência; pedia que se verificasse culpas na fuga, mandava que fosse aberta devassa. O importante de tudo isto é que a figura de Zumbi havia sido substituída no universo dos temores pânticos pelo nome de Camoanga. Possivelmente é também de origem palmarina um outro resistente, governador de quilombo destruído pelo Capitão André Furtado de Mendonça (o chefe foi morto e seu quilombo deveria contar com expressão quantitativa, pois foram presos 18 de seus companheiros).

Documento do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU/PE/CÓD. 265/ fls. 107v/108), datado de 18.08.1696, informa quanto ao nome de Zumbi, para a resistência. A hipótese que levantamos é a seguinte: com a morte do Zumbi a resistência fende-se, aparecendo diversos pequenos núcleos e o mais importante teria sido o de Camoanga e de sua gente, embora tudo possa estar sendo induzido pelo rol de documentos portugueses que conhecemos. Como denomina Clóvis Moura, Zumbi havia se transformado em guerrilheiro; há, portanto, uma mudança substancial no escopo da resistência. A chefia morre simbolicamente com ele,

mas não significa que com ele tenha morrido a própria resistência. Para esta mudança no papel do Zumbi, convém consultar a Clóvis Moura, em seu livro *Rebeliões das Senzalas*, p. 196. Neste mesmo trabalho, Moura situa a posição do chefe no imaginário branco: "O Governador Caetano de Melo Menezes ordenou que sua cabeça fosse pendurada em um pau e exposta no lugar mais público desta Praça, a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam esse morto".

O desgaste político e econômico causado pelos Palmares e pela continuidade da resistência na área pode ser visto neste mesmo 1704, pela res-



Cena de batalha nas proximidades de Porto Calvo, Alagoas. Desenho de Frans Post (1645)

ção dos moradores de Porto Calvo, quanto à lei que estabelecia um mínimo de seis escravos, para quem se dedicasse à lavoura da cana. A lei revela a relação íntima entre o padrão de produtor e o número de escravatura. Os moradores argumentavam: estavam faltos de braços e que os de maior cabedal se haviam retirado da Capitania. Não era possível cumpri-la: o preço do escravo estava alto e não havia disponibilidade para efetuar compra. A produção havia caído, de modo que nos quinze engenhos houve uma quebra de produção na ordem de 25.00%. Os custos de reposição de mão-de-obra estavam afetados e, com isto, sofria a produção. Havia, portanto, uma relação firmada entre desgaste e continuidade da resistência. Prejudicada a disponibilidade de mão-de-obra, atingia-se a base do sistema de produção. O preço do escravo não poderia ser pago e, daí, evidências do desgaste econômico refletindo-se no volume de produção.

Talvez seja esta falta de mão-de-obra e os preços correntes para cobrir fuga, morte, idade e outros fatores semelhantes o que levaria a Coroa a legislar contra a remessa de negros para o Rio de Janeiro, conforme se pode verificar em expediente encaminhado no ano de 1706 aos oficiais da Câmara de Pernambuco. O oficial da Câmara de Pernambuco era a persona do açúcar e o aplicar era o senhor de escravos interessado no preço a ser obtido com a venda, mesmo em detrimento das necessidades de produção. É, então, que a Coroa reage, fixando a necessidade da permanência do estoque de escravos na região.

O escravo deveria estar em condições de trabalhar para sobreviver; aquele que se tornava inútil teria que ser descartado. Desta forma, a força de trabalho era o que, diretamente, dava-lhe condições de sobrevivência. Não se podia aplicar recursos na sustentação de negro improdutivo; visto que era imprestável, o próprio senhor lhe dava a mata por morada, mas o negro saído era um perigo e a mata tinha que ser vedada. Escravo doente era jogado na mata, prática constante de senhores de engenho e de lavradores; ficando bom,

era recolhido, não se recuperando, morria. É claro que o escravo lançado na mata era aquele que o senhor entendia ser irrecuperável; era uma sentença de morte. Sendo recolhido ao ficar bom, era sinal de que mesmo à beira da morte, encontrava-se sob vigilância. Por consequência, a mata para o escravo tinha apenas dois significados: (a) o de cemitério e (b) o de resistência. Para o senhor, neste sentido que estamos trabalhando, a mata era o cemitério e ao mesmo tempo o inferno por onde se dava a resistência e esta era constante.

O escravo ou teria a mata como sepultura ou a teria em forma alternativa. O espaço que se contornava às matas, por consequência, era composto pelo eito simbolizando o trabalho, e a senzala, simbolizando a morada. Cemitério, eito e senzala eram o conjunto da morte. Estar no eito ou na senzala era um modo de morrer; uma outra forma, contudo, estava estabelecida: prestar a colaboração, fazer-se parte integrante da repressão dirigida pelo senhorio, quando a identidade pessoal estava perdida. É o que se pode verificar na vida de um negro chamado Pedro Sueiro, integrado à repressão por Fernão de Carrilho e mendigante perante os pés de El Rey. Destruídos estavam os negros que se obrigavam a servir de guias para a entrada na mata, sendo declarados forros pela audácia do comportamento traidor.

A sociedade branca teria de ser punitiva: a exacerbção da violência contra o negro transformava-se em um dos fatores da racionalidade da sobrevivência. Daí terem sido encaminhadas diversas representações e inúmeras queixas aos governadores, pedindo o imediato das punições, chegando-se ao pleito de que o Ouvidor Geral tivesse permissão para sentenciar de morte a pretos e mamelucos, da mesma forma como tais poderes eram deitados pela Ouvidoria do Rio de Janeiro. A sociedade branca não poderia desejar a demora na punição e a sociedade e os grupos alternativos somente lhes poderia parecer horrendos.

A sociedade branca era antilosa, de um lado, o negro era uma ameaça

constante e, de outro, o sustento da produção deveria estar garantido e, assim, intencionalmente, articulava dois elementos: (a) o conjunto da repressão e (b) o complexo do senhorio. Reprimia, mas colocavam-se recursos para manter-se a posse e, então, o sistema poderia valer-se da exploração da força de trabalho. Este complexo punição/senhorio transparece nido nas preocupações dos oficiais da Câmara de Olinda; comunica-se com a Coroa e argumenta quanto à necessidade de não se confundir negros palmarinos com os escravos fugidos de seus senhores. Há uma diferença radical: os primeiros eram negros de uma sociedade alternativa e os segundos, apesar de estarem em fuga, eram negros de engenho. Se fossem confundidos e tinha razão a Câmara de Olinda, haveria prejuízo substancial aos donos de engenho: uma coisa era ser negro do Palmar, outra, ser negro de engenho.

O próprio complexo do senhorio seria chamado, várias vezes, a mitigar o rigor de exploração da força de trabalho, mas, isto, na verdade, ao invés de uma razão de cunho humanista — não cabe no escravismo qualquer vislumbre de celebração do humano — era mais uma razão econômica, esfumada pela sanha do louvor aos princípios cristãos. Tanto era assim, que uma igreja aceitava o recurso da pilhagem da liberdade dos palmarinos, para a montagem e sustento do complexo religioso na região e interessava-se através da Junta das Missões, instrumento de articulação direta da catequese às razões do governo, para que os senhores providenciassem o sustento de seus escravos.

Nada mais compreensivo do que o fato de Domingos Jorge Velho ter-se negado a dar negros para quintar. Ele próprio e toda a sua corte paulista estavam interessados na incorporação do complexo do senhorio. Reafirmava, Domingos Jorge Velho compreendia que para crescer nas terras doadas teria que se fazer com base na escravidão, embora andasse com seus índios. A Coroa, percebendo o intento, mandou que se coloque verba em seu soldo, na medida em que persistisse o afronta-mento dos interesses reais. O fato é que Domingos Jorge Velho encontrava-se mudando o papel de pilhador, incorporando-se às terras do Palmar.

A transformação de Domingos Jorge Velho espelha a mudança no próprio território; era preciso destruir a sociedade alternativa, para que se desenvolvesse a branquidão da pecuária da agricultura e, então, grupos alternativos passariam a operar, mas a sociedade voltaria a dispor, a partir da banhada, embora seja, também, destruída, sobre os caminhos da mata.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Trecho inédito de sua tese de doutoramento *Memórias biográficas do capitão de todas as matas*.



A lenda de Zumbi

Alves Dias *

Xangô era o nome do filho de Obatalá que representa o céu e é rei de todo o universo. Ele cobre a planície que vai da Namíbia ao Sudão e passa por cima dos campos que florescem desde o Benin até as terras do Daomei.

Assim o sacerdote começou a narrativa da lenda de Zumbi. Os ouvintes estavam sentados na frente do peji, o lugar sagrado onde o babalá conversa com os deuses. Achearam-se cedo, na hora em que a lua acordou, tinha enxugado a cara no véu da noite e se mostrou toda empoadada. Queriam ouvir o que o costume ensinava, a história do seu povo: uma lenda tão antiga quanto a idade da tartaruga, que ninguém sabe ao certo. As cruaças, até as que mamavam, vieram penduradas nas tetas das mães e se acomodaram no pitto que fica de costas para a cabana do conselho dos anciãos.

O babá, um negro velho de mais de cem anos, continuou: — Já faz tempo, numa estrada de muitas léguas daqui, em terra bem distante, que fica



"Xangô", escultura de Alves Dias

além-mar, aconteceu esta história.

O feiticeiro estirou o braço fino, como a taboca de bambu e apontou para o fundo do infinito.

— Então Xangô, que estava prisioneiro, aproveitou-se de um descuido dos brancos num momento de bebedeira e fugiu das sentinelas, escapulindo no oco do mundo. Ai ficou amoitado à espera da escuridão vestida na pelica de azeviche, que tisa a cor da pele. É uma tinea de negro muito fechada, mais preto que a noite. Xangô, também, era mestre neste disfarce aprendido com os pintureiros, que pintavam os corpos dos lutadores para o ceremonial de guerra. Fazia isto quando inventava de andar disfarçado, para ouvir as conversas dos mais velhos. Um verdadeiro capeta, na astúcia de se transformar em gente. Todos da aldeia o conheciam, gostavam dele e o respeitavam mesmo quando comia toda a plantação de inhame, que é muito apreciado pelos orixás. Tinha dote de

um príncipe de coroa prometeida, bastasse esperar o dia em que o funeral de seu pai, o rei Oxalá, governador do povo, fosse festejado.

Havia passado três sóis e três luas, desde que a aldeia de Xangô fora sitiada pelos capitães-do-mato, traídos pela traição do soba Nuni Wawa. Um inimigo de outro tribo, de origem obscura, que viera do lado meridional da Namíbia, rastreado a vingança no ódio, na vindita.

Tornara-se comum a troca de favores entre traficantes de escravos e chefes de clã, que disputavam o comércio negro. Por isso, incitavam as tribos a se engalfinhar em batalhas sangrentas.

Para os brancos, a África sempre foi um grande curral e o seu povo animais que pastam nas planícies junto aos elefantes.

A aldeia de Xangô, fazia semanas, estava dominada pelos brancos, não encontrando nenhum foco de resistência no seu caminho. Tudo tão fácil, que nem sina traçada pelo destino. Os guerreiros ausentes: Ogum, o deus da guerra Yorubá, vivia distante, nas terras do Caribe. Travestira-se de São Jorge feito de gesso, enfeitando os altares das capelas, nos engenhos de açúcar. Iansã, a deusa do fogo para o povo Nagô e Santa Bárbara na bestice dos brancos, não quis brigar.

Ela controla as tempestades e tem o poder sobre a morte. Mas, estava ocupada com seus eguns, as almas penadas dos que se passaram da vida para o vale das sombras. Oxum, a irmã de Xangô, que é o arco-íris e vira serpente nos terreiros de macumba, a mais bonita de todas as orixás, ocultou-se no fundo do Rio Niger, para não estragar a maquiagem e defeitar a formosura.

Yemanjá, a mais sensual de todas as sereias, que só sabe fazer filho e enrabichar os marinheiros nas noites de lua, estava tomando banho na Lagoa do Abaeté, lá pras bandas da Bahia com os pensamentos esquecidos da África. E o dia todo fogueava os pescadores com o cheiro de sargaço que fumagava de sua concha.

O sacerdote fez uma pausa, limpou o sarro do cachimbo, soprou o pito e continuou: — Somente depois que a obscenidade de Xangô era maior do que a mais alta palmeira que cresce no Saara, se deu o caso invertido. Suas irmãs Yemanjá, Oxum e Iansã estavam amojadas e o ninho dos seus ventres a espera do Uruucotin, deitaram com Xangô e se tornaram suas esposas. Nesse dia toda África soube do ocorrido e, durante um ano, festejou-se o casamento. Foi uma pândega nunca vista.

— Ah! Tinha esquecido —, disse o babalá, coçando a carapinha de babão. — Nesse tempo, Bacuro, o deus caça-

dor, já vivia na Mata Atlântica, dormindo no oco dos paus, vigiando os bichos da floresta. E com ele se encontravam Anhangüera, Jurupari, o Curupira e a Caipora que estava amasiada com os três espíritos de caboclo.

Também os orixás e seus súditos tinham vindo esconder-se nos porões das naus portuguesas, velejando das Índias para o Brasil. E o pior já tinha acontecido. Todos os homens de valia, as mulheres parideiras e os meninos taludos foram aprisionados.

Quando findou a partilha e a gritaria nos lanceos dos leilões, as marcas de ferro fumegaram tatuadas nos lombos dos negros. Então a Santa Igreja veio de longe, com seus apiedados monjes abençoar os mercadores, almejavando-lhes sucesso. E cuidavam de "redimir as almas dos incrépitos" do fogo dos infernos, batizando o cristão-novo, marcando-o na testa com o sinal da cruz. Depois empilharam nas suas carroças os fardos humanos e foram com eles para a labuta dos conventos.

Xangô tinha mudado de nome e agora era São João Batista, o santo do carneirinho, para enganar as sinhas dos senhores de engenhos. Assim, aportou nas terras de Santa Cruz, desleixou-se da vigilância e só fazia dar de pernas, zanzando pelo oco do mundo. Querida dormir no seu colo, sonhando com seus mortos: aqueles que ficaram no rastro da lembrança e que um dia hão de aflorar do seio materno da mãe-África.

E assim, como quis, aconteceu. Foi a ferro pra Bahia trabalhar em Itabuna, Itaparica e Ilhéus, na colheita do cacau. Desceu algemado até Minas Gerais e lavrou diamantes para encher as burras dos reinos de Portugal e Espanha. Depois raivoso arribou, ficando preso no Nordeste, entremezado na palha da cana, que cobria a terra até onde a vista alcança. Assim viu que toda lei opressiva era ruim. E que o doce do melado também é amargo. Foi aí que o orixá sentiu medo, trepou-se no costado do vento e fugiu pras terras dos Palmares.

— E cadê a lenda de Zumbi que o feiticeiro prometeu contar? — Perguntou uma criança nos seus doze verbos de ouvidor de histórias. O narrador de contos fitou-o carinhosamente e riu. Respirou fundo o cheiro da liamba, trouxe a baforada e prosseguiu como se nada tivesse mudado.

— Um dia Xangô viu uma negrinha tomando banho de no do jeito que nasceu. As pernas eram grossas como tora de eucalipto, as ancas empinadas terminavam em nadadeiras como rabo de peixe. E nadava parecida com o saculejar das ondas. Xangô reparou bem direitinho as partes da moça que se pareciam com um tufo de sargaço. Quando

saiu fora d'água tinha um molejo no andar, bamboleando num saracoteio, que dava gosto ver os trejeitos da moçama.

Ai Xangô aboleceu-se de corpo todo em cima dela, folegando que nem é preciso contar o resto — disse o velho meio rabreiro. Depois, continuou: — Xangô nem sabia que Olorum, o senhor do céu e do universo, que mora em cima, nas alturas, riu da sua sem-vergonhice e nem censurou. E assim, essas coisas de pai.

Era Yemanjá sua irmã, que passou a perna em Xangô, disfarçada no corpo da negrinha e ele nem desconfiou. O deus bantu embarrigou à orca que foi antojada e se danou a querer toda comedora que dá desejo à emprenhada. Comeu cigado, jabuti, pipoca, abará, acarajé, quibete de jerimum, moqueca, caruru e xinxim de galinha, com muito azeite de dendê. Quando se passaram nove meses, treze dias e sete horas, a emprenhada pariu um filho: que se chamou Zumbi.

Yemanjá, que também é Oduduá, a deusa terra, teve uma gravidez como outra não se conhece. Primeiro sua barriga cresceu, e foi inchando até ficar do tamanho do mundo. Ai estourou, dando vida aos orixás, aos deuses que estão em cima do universo e aos homens embaixo na terra. De seus peitos escorreram correntezas d'água que se transformaram nos caudalosos rios Tigre e Eufrates. Entre os nascidos estava o seu filho, o rei Zumbi, o deus que viera à terra para ser guerreiro e lutar pelo seu povo. E o seu destino estava ditado: reinaria sobre a república dos Palmares, para depois morrer, cumprimdo o fato que a sina lhe reservou.

Sua moral foi execrada em praça pública, até a mais vil das donas: macheza dele foi cortada e presa entre os dentes. Carecia mostrar ao mundo castigo a sua rebeldia. Fazia-se necessário "satisfazer os ofendidos". Punir e



"Ogun", escultura de Alves Dias

calhambolas de tantos males causou a El Rei e sua colônia ultramarina. Isso sua cabeça foi espetada numa vara e "exposta no lugar mais público" Pernambuco, para "assustar", como espantalho no milharal, que depois apodrece e seus restos são levados: os ventos e espalhados pelos cantos do mundo. Queriam dar exemplo sua intolerância ao anseio de liberdade. Mas, isto é feitiço brabo que prova morte, enquanto cria a lenda e a perda o herói que permanece vivo e resto dos tempos na memória do po-

* Sociólogo e artista plástico

Poetas populares negros

Roberto Benjamin *

Os estudos sobre a poética popular nordestina apontam a tradição ibérica como sua matriz. Isto é verdade, especialmente em relação à cantoria de viola. Não se pode negar, porém, a força das culturas negras na poesia e na música dos cocos e de outras manifestações, como a ciranda, o maracatu rural e o samba de matuto.

Dzzenas de poetas negros dessas manifestações têm alguns dos seus versos conservados e os seus nomes perdidos no tempo. Mestre Carnaúba, cujo verdadeiro nome não ficou registrado, vive na memória do povo e no registro das releituras, de seus sambas, constantes da obra de Ascenso Ferreira...

Tentou um esforço derradeiro: mandou mestre Carnaúba fazer um samba bem marcado a fim d'ela cantar alegre ao som dos ganzás de suas bombas de pressão.

Olha a volta da turbina, da turbina, da turbina, da turbina da Usina, da Usina brasileira!

Olha a volta da turbina, da turbina, da turbina, da turbina da Usina, da Usina brasileira!

Baracho, velho cirandeiro e mestre de maracatu rural, teve algumas de suas cirandas gravadas em disco. De Zé Boló, de Zé Bagadu e de tantos outros, ficou apenas a fama de grandes poetas, rápidos no improviso.

A presença do negro na tradição das cantorias sertanejas ficou na memória do povo e alguns pioneiros nos estudos dessas manifestações foram testemunhas de vista de que foram não apenas negros, mas escravos, filhos de pais africanos, alguns dos mais afamados poetas populares nordestinos como Inácio da Catingueira, Fabião das Queimadas e Manoel Caetano, sobre os quais há documentação, além de outros, como Rio Preto e Preto Limão, tidos como tal.

Segundo o Padre Manuel Otaviano, Inácio da Catingueira, falecido em 1879, foi escravo do fazendeiro Manuel Luis, figurando ainda no seu inventário. Em 1903, o bispo da Paraíba, mandou batizar a mãe do poeta, de 113 anos, negra africana residente em Catingueira.

Inácio da Catingueira foi um dos participantes da lendária pelega que teria ocorrido em Patos-PB, no ano de 1874, a qual teria durado sete dias e sete noites, somente terminando no oitavo dia. Enfrentou Francisco Romano



"Cantador cego", Debrel, Voyage Pittoresque et historique au Brésil

Caluête, conhecido como Romano da Mãe D'Água, proprietário rural e senhor de escravos, considerado na ocasião o mais famoso cantador. Na peleja, Inácio revela que Romano da Mãe D'Água era também de descendência africana, quando este tenta humilhá-lo pela condição de negro e escravo:

Esta sua frase agora me deixou admirado... Para o senhor ser branco, seu couro é muito queimado, sua cor imita a minha, e seu cabelo é agastado.

E prossegue:

O senhor me chama negro, pensando que me acabrunha, o senhor, de homem branco, só tem os dente e as unha,



Negra Mina (1871)

sua pele é muito queimada e seu cabelo é testemunha.

Na verdade, seu Romano, eu sou negro confiado! Eu, negro e o senhor, branco da cor de café torrado! Seu avô veio ao Brasil para ser negociado.

Fabião Hermenegildo Ferreira da Rocha nasceu em 1848 e faleceu em 1928; foi escravo do major José Ferreira da Rocha, de quem tomou o nome de família. Juntou, vintém a vintém, o preço da própria alforria, com os ganhos de cantorias. Depois, libertou a sua mãe e uma sobrinha, com quem casou, segundo informações de Câmara Cascudo, que o conheceu e o admirava.

É de Fabião das Queimadas o tocante verso em que festeja a alforria de sua mãe:

— Quando forrei minha mãe A lua saiu mais cedo, Pra alumiar o caminho De quem deixava o degredo!

— Minha mãe era pretinha, Da cor de jabuticaba! Porém, mesmo sendo preta, Cheirava que só mangaba!

— O nome de mãe é doce, Que só a fruta madura! Mas, passa o doce da fruta, E o doce do nome atura!

Manoel Caetano, negro escravo nascido em Barra de Santa Rosa, sertão da Paraíba, ainda segundo Câmara Cascudo, foi alforriado pelo seu senhor quando este assistiu a uma de suas vitórias em um desafio.

Rio Preto é uma figura lendária. Câmara Cascudo o descreve como "um negro macromélico, agigantado, lasci-

vo e ágil como uma oca". Durante muitos anos foi o terror da ribeira do Rio do Peixe, matando, violentando, incendiando e depredando. Ganhou fama de cangaceiro e constituiu o seu próprio grupo. Tocava viola e gostava de cantar desafio. Alguns dos seus antagonistas acreditavam ter batido com o próprio Satanás. A sua fama de poeta bandido levou à composição de romances registrando a sua vida.

Outro poeta negro, também polêmico, foi Romano Elias da Paz, nascido em 1901 e, segundo Atila Almeida, "um tipo preto retinto, alto, simpático, comunicativo e inteligente.

Classificado de pernóstico por outros poetas, com quem fez grandes inimizades. Caprichava no trajar, usava chapéu de palhinha, vários anéis nos dedos e cantava sem pressa, improvisando bem e desconcertando o adversário". Era repentinista espirituoso e produziu coisas muito boas.

Dele, F. Coutinho Filho registra cinco quadras de elogio à mulher negra:

— Uns amam só moça branca, Cabelo louro, estirado! Eu sou doído pelas pretas Do cabelinho enroscado!

— Alguns só gostam da branca Dos olhos bem azulados! Eu morro pelas pretinhas Dos olhos mais encarnados!

— Outros preferem a moça Morena, cor de canela! Eu só escolho a pretinha, Cor de tina de panela!

— A branca fica amarela, Morena muda a figura, Mulata também desmaia, Mas a cor preta é segura!

— Pretinha dos meus amores, Não me fede o teu suor! Eu só gosto da cor preta! Quanto mais preta melhor!

A contribuição desses negros ao desenvolvimento da poética popular não pode ser ignorada — quase todos, brasileiros de primeira geração, não poderiam certamente estar tão aculturados a ponto de não serem portadores de traços culturais de suas nações de origem. Faltam, evidentemente, estudos literários para dimensionar tais contribuições.

* Escritor e folclorista